UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

A MORAL NA OBRA “O PRÍNCIPE” DE NICOLAU MAQUIAVEL

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luís Persch

JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO DE 2023

JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

A MORAL NA OBRA “O PRÍNCIPE” DE NICOLAU MAQUIAVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de mestre em filosofia.

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luís Persch

JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO DE 2023

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383m Ferreira Júnior, José.
A moral na obra "o príncipe" de Nicolau Maquiavel / José Ferreira Júnior. - João Pessoa, 2023.
76 f.

Orientação: Sérgio Luís Persch.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/PPGF.

1. Filosofia moral. 2. Fortuna. 3. Ética - Filosofia. 4. Obra - Nicolau Maquiavel. 5. Realismo. I. Persch, Sérgio Luís. II. Título.

UFPB/BC CDU 17(043)

Elaborado por GRACILENE BARBOSA FIGUEIREDO - CRB-15/794

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM FILOSOFIA DO CANDIDATO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 14:00 hs, reuniram-se os membros da Comissão Examinadora constituída para examinar a Dissertação de Mestrado do mestrando **José Ferreira Júnior**, candidato ao grau de Mestre em Filosofia. A Banca foi constituída pelos professores: Dr. Sérgio Luís Persch (Presidente/UFPB), Dr. Cristiano Bonneau (Examinador Interno/UFPB), Dr. Betto Leite da Silva (Examinador Interno/UFPB) e Dr. Geraldo Alexandre Gomes (Examinador Externo ao programa/UFPB). Dando início à sessão, o Professor Dr. Sérgio Luís Persch, na qualidade de Presidente da Banca Examinadora, fez a apresentação dos demais membros e, em seguida, passou a palavra ao mestrando **José Ferreira Júnior** para que fizesse oralmente a exposição de sua Dissertação, intitulada: **"A MORAL NA OBRA 'O PRÍNCIPE' DE NICOLAU MAQUIAVEL"**. Após a exposição do candidato, o mesmo foi sucessivamente arguido por cada um dos membros da Banca. Terminadas as arguições, a Banca retirou-se para deliberar acerca da Dissertação apresentada. Após um breve intervalo, o Presidente, Prof. Sérgio Luís Persch, comunicou que, de comum acordo com os demais membros da banca, proclamou **APROVADA** a dissertação **A MORAL NA OBRA 'O PRÍNCIPE' DE NICOLAU MAQUIAVEL**, tendo declarado que seu autor **José Ferreira Júnior** faz jus ao grau de Mestre em Filosofia, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com Regimento Geral da Pós-Graduação, pronunciar-se no sentido da expedição do Diploma de Mestre em Filosofia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão de Defesa, e eu, Jessica Martins de Oliveira, Secretária do PPGF lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros da Banca. João Pessoa, 15 de agosto de 2023.

JESSICA MARTINS DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DO PPGF

PROF. DR. SÉRGIO LUÍS PERSCH
PRESIDENTE/UFPB

PROF. DR BETTO LEITE DA SILVA
MEMBRO INTERNO/UFPB

PROF. DR. CRISTIANO BONNEAU
MEMBRO INTERNO/UFPB

Documento assinado digitalmente
gov.br
CRISTIANO BONNEAU
Data: 16/08/2023 07:24:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROF. DR. GERALDO ALEXANDRE GOMES
MEMBRO EXTERNO AO PROGRAMA/UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus filhos, razão de minha luta diária e a minha amada esposa que sempre me incentiva e encoraja nas minhas batalhas pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, e à Providência Divina, por proporcionar sempre proteção e direcionamento correto em minha vida;

À minha esposa, Francisca Paula, pela paciência, companheirismo e dedicação à família. Ela sempre foi e é minha base para a labuta diária e o incentivo em querer sempre avançar como profissional, ser humano e esposo;

Aos meus filhos, Tiago, Júlio e Gabriel, que dão força para lutar e sempre buscar fazer o que é certo, todos os dias;

Aos meus professores, que apresentaram um conhecimento acadêmico organizado e sempre me incentivaram a aprender mais e mais;

Ao meu orientador Prof. Dr. Sérgio Luís Persch que confiou em meus estudos pessoais e com muita paciência e maestria me apresentou as diretivas certas para concretizar esse escrito;

Aos meus colegas de turma, que conseguiram ir mais além no conhecimento, principalmente André Dourado, que sempre incentivou e buscou um diálogo de aprendizado, mesmo a distância;

Aos meus colegas de trabalho do Instituto Federal do Piauí, principalmente à Equipe Pedagógica que permitiu que esse momento de aprendizagem fosse concretizado;

Ao Instituto Federal do Piauí e à Secretaria de Educação do Piauí que oportunizou uma licença para capacitação a este servidor público.

… a um príncipe pouco devem importar as conspirações se é amado pelo povo, mas quando este é seu inimigo e o odeia, deve temer tudo e a todos.
(MAQUIAVEL, 1996, p. 107)

RESUMO

Na filosofia política de Maquiavel, a moral é vista como flexível e adaptável às necessidades do Estado, em vez de uma série de regras rígidas e universais. O príncipe deve ser capaz de agir de acordo com as circunstâncias e as necessidades do momento. A finalidade da política é o bem-estar do Estado, e o príncipe deve ser capaz de proteger esse bem-estar, mesmo que isso signifique sacrificar sua moralidade. Ele argumenta que as virtudes tradicionais, como a honestidade, a justiça e a clemência, podem ser contraproducentes na prática política, e que o príncipe deve estar disposto a sacrificá-las em nome do bem-estar do Estado.

A pesquisa tem como objetivo analisar a moral, tendo como ponto de partida a obra *O Príncipe* dividido em blocos de capítulos de acordo com o tema por eles tratado: como adquirir um estado?; assegurar a sociedade; armar o povo; conselhos que devem ser observados pelo governante para manter o poder; disposição para escolha dos ministros; fortuna, acaso, Deus ou livre arbítrio?; e, servir à moral ou aos interesses do Estado?.

Ao apresentar o pensamento do cidadão florentino, foram realizadas reflexões importantes, identificando nas duas primeiras partes a moral empregada pelo pensador, bem como as atitudes que o príncipe/governante deve desenvolver para adquirir (primeira parte) e assegurar (segunda parte) o estado/principado. Na terceira parte é debatido o realismo maquiaveliano, enfatizando que a moral empregada pelo pensador é uma ação prática para assegurar a governabilidade. E na penúltima parte será debatida a questão da fortuna na filosofia maquiaveliana, exposta pelo pensador nos três últimos capítulos do livro, nos quais ele argumenta que o governante deve se preparar para aproveitar a oportunidade que lhe é apresentada. No último capítulo é debatido se o governante deve servir à moral ou ao Estado.

Palavras-chave: moral, realismo, fortuna, política.

ABSTRACT

In Machiavelli's political philosophy, morals are seen as flexible and adaptable to the needs of the state, rather than a series of rigid and universal rules. The prince must be able to act according to the circumstances and needs of the moment. The purpose of politics is the well-being of the state, and the prince must be able to protect that well-being, even if it means sacrificing his morality. He argues that traditional virtues, such as honesty, justice, and clemency, can be counterproductive in political practice, and that the prince must be willing to sacrifice them in the name of the state's well-being.

The research aims to analyze morality, taking as a starting point the work The Prince divided into blocks of chapters according to the theme they deal with: how to acquire a state?; secure society; arm the people; advice that must be observed by the ruler to maintain power; provision for choosing ministers; fortune, chance, God or free will?; and, serve the morals or interests of the State?

When presenting the thoughts of the Florentine citizen, important reflections were made, identifying in the first two parts the morality employed by the thinker, as well as the attitudes that the prince/ruler must develop to acquire (first part) and ensure (second part) the state/ principality. In the third part, Machiavellian realism is discussed, emphasizing that the morality employed by the thinker is a practical action to ensure governability. In the penultimate part, the issue of fortune in Machiavellian philosophy will be discussed, exposed by the thinker in the last three chapters of the book, in which he argues that the ruler must prepare to take advantage of the opportunity presented to him. In the last chapter, it is debated whether the ruler should serve morality or the State.

KEYWORDS: morals, realism, fortune, politics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 SÍNTESE BIOGRÁFICA DE NICOLAU MAQUIAVEL 14
3 COMO ADQUIRIR UM ESTADO? 20
4 ASSEGURAR A SOCIEDADE 29
5 ARMAR O POVO 37
6 CONSELHOS QUE DEVEM SER OBSERVADOS PELO GOVERNANTE PARA MANTER O PODER 42
7 DISPOSIÇÃO PARA ESCOLHA DOS MINISTROS 49
8 FORTUNA, ACASO, DEUS OU LIVRE ARBÍTRIO? 55
9 SERVIR À MORAL OU AO ESTADO? 63
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS 72
11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 77

1 INTRODUÇÃO

O princípio filosófico da moral do homem em suas convicções individuais e em seu comportamento social, uma vez ele sendo participante de uma sociedade que se ajusta a regras de convivência e a valores morais e socioculturais, é um assunto que tem chamado a atenção de diferentes pensadores em distintas contextualizações de tempo, de instituições e de civilizações, sendo que na lista de intelectuais está o nome do filósofo italiano Nicolau Maquiavel, homem renascentista e que contribui para o advento da idade moderna, autor de *O Príncipe*, obra publicada em 1532, cinco anos depois da sua morte, mas que ainda é lida e comentada passados quase cinco séculos desde o lançamento, influenciando pensadores, pesquisadores e políticos até a contemporaneidade.

Embora Oliveira (2011) defenda que nem todos os pontos de vista expostos por Maquiavel, e que são estudados em diversas áreas do conhecimento humano, tenham sido corretamente compreendidos por quem pesquisou sobre ele, estudiosos das obras publicadas pelo citado filósofo nascido em Florença (Itália) no século XV se mostram certos de que as propostas filosóficas de Maquiavel se distanciaram claramente do que ensinava a igreja cristã, diga-se o catolicismo, desde os tempos medievais do continente europeu.

Como se lê também em Medeiros (2014, p. 1), não há uma exigente preocupação por parte de Maquiavel em aproximar moral e ética nas relações coletivas do homem, o que se verifica em assuntos como política, onde o referido pensador italiano defende de modo evidente que “o que vale é o resultado”.

Tendo ou não Maquiavel sido interpretado em suas exposições sobre assuntos que tratam do homem em sociedade, como é o caso do conceito de moral, entre outros pontos de discussão que se possam debater, esta dissertação tematiza em sua pesquisa bibliográfica a moral na obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel, quando aqui se recorreu a diferentes fontes teóricas para sustentações informativas da temática proposta, a fim de explorar a seguinte situação-problema: qual conceito Nicolau Maquiavel tinha de moral para as relações políticas e sociais do homem na obra *O Príncipe*?

Os trabalhos filosóficos de Nicolau Maquiavel a respeito do homem enquanto sujeito dotado de individualidade e de sociabilidade se revelaram à frente do seu

tempo, isso em relação ao distanciamento da sua filosofia na comparação com as doutrinas cristãs que por séculos foram tão influentes para a sociedade dominada pelo cristianismo medieval, o caso da Europa e especificamente a Itália, terra de origem do citado pensador florentino.

A respeito da moral, objeto investigativo deste texto, Maquiavel não se mostra anticlerical, mas se afasta fortemente da igreja através da sinceridade linguística com a qual ele escreveu publicações como *O Príncipe*, lançamento de maior notoriedade da filosofia do autor, visto que moral para Maquiavel não significa só virtudes e nem apenas boas qualidades dos homens.

Distintos pontos sobre moral em Maquiavel ocupam as anotações desta pesquisa, assim como outros referenciais teóricos, canalizando-os para a esfera política, que era o assunto mais inquietante da filosofia maquiaveliana. Entre os pontos de vista do maquiavelismo renascentista, a expressão direta no sentido de que um governante pode recorrer ao que precisar para manter o poder e a autoridade que chegaram às suas mãos, desde que se dedique a contar com apoio popular, vigorou em diferentes partes dos seus trabalhos filosóficos, apresentando assim uma inovação para a época e os anos seguintes, pois ele pauta a análise política na realidade apresentada, inaugurando o movimento realista na política.

E com isso, busca-se concluir que em Maquiavel a visão de moral em relação ao homem na sua vida política e social não tem interesse em se mostrar concordante com o catecismo cristão da Idade Média. Pois, foi mais polêmico e mais realista, secularizando os ensinos políticos e sociais do seu tempo, sendo que os seus trabalhos não se limitaram aos tempos em que ele viveu, mas ainda falam a diversos personagens da política e da sociedade contemporânea.

O texto em questão, apresenta de forma resumida a obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel ao mesmo tempo em que são lançados comentários sobre o tema proposto em cada capítulo ou blocos de capítulos que foram agrupados em temas gerais, conforme a divisão proposta por Miguel Vatter (2017): a) formas dos principados e das formas de adquiri-los e mantê-los (cap. I ao XI); b) organização militar do principado (cap. XII ao XIV); c) conselhos que devem ser observados pelo governante para manter o poder (cap. XV ao XIX); d) disposição sobre a escolha de ministros (cap. XX ao XXIII); d) fortuna, acaso, Deus ou livre arbítrio? (cap. XXIV a XXVI).

A organização do texto, tendo como ponto de partida a divisão citada acima,

realiza reflexões importantes, identificando nas duas primeiras partes a moral empregada pelo pensador, bem como as atitudes que o príncipe/governante deve desenvolver para adquirir (primeira parte) e assegurar (segunda parte) o estado/principado. Na terceira parte é debatido o realismo maquiaveliano, enfatizando que a moral empregada pelo pensador é uma ação prática para assegurar a governabilidade. Na quarta parte será debatida a fortuna na filosofia maquiaveliana, exposta pelo pensador nos três últimos capítulos do livro, nos quais ele argumenta que o governante deve se preparar para aproveitar a oportunidade que lhe é apresentada. E por último uma reflexão sobre se é melhor servir à moral ou aos interesses do Estado.

2 SÍNTESE BIOGRÁFICA DE NICOLAU MAQUIAVEL

Elaborando as suas anotações sobre Nicolau Maquiavel e chamando-o de historiador político, Vatter (2017, p. 11) informa que o citado pensador italiano "é uma das melhores plantas que brotaram no solo extraordinariamente fértil da Florença do Renascimento".

Ao se referir assim a Maquiavel, esse escritor não desconsidera os distanciamentos que houve no movimento renascentista do século XV que mexeu com a arte, a literatura e a religião na Europa e ao menos sacudiu as estruturas da catequese católica, que há séculos se impunha como a maior influenciadora dos campos de cultura do mundo europeu ocidental.

Importa lembrar que a Europa mais aproximada da Ásia tornara-se predominantemente ortodoxa, isso a partir de 1054, no Cisma[1] entre o Oriente e o Ocidente do terreno continental, fruto de divergências não somente religiosa, mas por conta das diferenças terem sido motivadas pelos movimentos políticos, geográficos e socioculturais.

Maquiavel defendeu pontos de vista sobre o homem e a sua vida em sociedade, discutindo valores socioculturais, política, sociedade, comportamentos, poder etc., cujos pensamentos nem sempre concordavam com os ensinos predominantes da igreja do seu tempo. O sobredito "humanista, nascido a 3 de maio de 1469 em Florença, cidade da qual fora chanceler durante boa parte da sua vida política, e falecido na mesma cidade em 21 de junho de 1527, é reconhecido como o precursor da ciência política moderna" (VALENTIM, 2013, p. 1). E ainda:

> Diplomata e administrador experiente, cético e realista, Maquiavel defende a constituição de um Estado forte e aconselha o governante a preocupar-se em conservar o Estado, pois na política o que vale é o resultado. Com Maquiavel surgiram os primeiros contornos da doutrina da razão de Estado, segundo a qual a segurança do Estado tem tal importância que, para garanti-la, o governante pode violar qualquer norma jurídica, moral, política e econômica: aquela razão pela qual o governante, em virtude da exigência de segurança do Estado, pode ser levado a infringir tanto a moral corrente

1"Cisma é divisão ou ruptura e o "Cisma do Oriente" foi o rompimento que ocorreu em 1054 d.C., entre as Igrejas Católicas do Oriente e a do Ocidente. Essa estrutura era típica do império que se subdividira em dois, em 286, e ainda quando se decretou que a capital imperial seria Roma, as duas sedes continuaram existindo. De fato, as diferenças entre as igrejas causaram essa divisão própria Império que era Ocidental e Oriental" (SILVESTRE, Armando Araújo. **Cisma do Oriente**. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/cisma-do-oriente/>. Acesso em 01. Nov. 2021..

> quanto as normas legais em nome da manutenção da ordem interna e da segurança externa (MEDEIROS, 2014, p. 1).

É coerente aqui a informação de que, levando em conta o nascimento de Maquiavel em 1469 e a sua morte em 1527, ele viveu na Itália os anos em que as turbulências das teses de Martinho Lutero publicadas na Universidade de Wittenberg (Alemanha) em 31 de outubro de 1517 e a consequente Reforma Protestante abalaram as fortes estruturas do catolicismo romano e efervesceram o cristianismo na Europa tanto pelo protestantismo como pelo viés católico.

Maquiavel não demonstra ser influenciado por nenhuma corrente religiosa, menos ainda pelas doutrinas cristãs, sendo o seu ceticismo religioso uma marca que lhe confere liberdade de perceber os valores morais do homem de forma diferente do que pregavam a igreja e os grupos sociais dominados por ela.

Medeiros (2014) não descreve um homem anticlerical, mas um pensador indiferente ao que a religião do seu tempo ensinava, um filósofo que ficou à vontade para defender as suas visões de mundo no tema que conviesse à sua filosofia, sendo *O Príncipe* um lançamento que chamou a atenção de estadistas, filósofos, religiosos, acadêmicos e tantos outros estudiosos das diversas áreas do conhecimento humano e da sociedade. Como afirma Vatter,

> Como muitos dos outros grandes artistas, pensadores e estadistas de seu tempo, Maquiavel não veio de uma das famílias ricas e nobres que cuidavam dos negócios das cidades. Mas seu pai, Bernardo, um advogado e intelectual amador (ou “humanista”, como eles se chamavam), tentou, com seus meios modestos, oferecer a seu filho uma educação respeitável nas “artes liberais” (VATTER, 2017, p. 11).

O que se lê na sobrescrita informação é que a visão humanista a respeito do conhecimento artístico e da formação acadêmica não se revelou por acaso em Nicolau Maquiavel, mas esta veio por incentivo do pai, que também estudou e se formou em Direito, uma área estratégica para quem tem em mente a divulgação de pensamentos sobre os mais diversos assuntos que mexam com as suas reflexões.

É certo que pai e filho se aproximaram enquanto humanistas das divulgações renascentistas do seu tempo e se afastaram do catecismo católico, que dominava a Europa, e a Itália em particular, com muita ênfase desde o medievalismo. Sem criticar frontalmente as convicções religiosas que detinham

hegemonia, tanto o pai de Maquiavel como este próprio desenvolveram pensamentos realistas e até céticos sobre o ser humano e os interesses pessoais que regem a conduta de cada pessoa. Exemplo destas palavras:

> *O Príncipe*, caracterizado como um manual de aconselhamento ao governante, como era de costume desde o período medieval, é um livro revolucionário, pois apresentou ao mundo um novo perfil de príncipe que rompia com os padrões de moralidade na política até então ditados pela Igreja. De acordo com os manuais medievais o bom governo seria construído através da prática das virtudes cristãs e da boa-fé. Consequentemente o bom príncipe seria aquele que seguisse fielmente os preceitos destes manuais, que eram carregados de concepções virtuosas cristãs. Ou seja, esperava-se que todo governante exercesse o poder de forma ética. Entretanto Maquiavel acreditava na incerteza da alma humana, que variaria de acordo com a necessidade apresentada ao indivíduo ao longo da vida, pois, não se pode apostar na certeza de que os homens agirão como planejado, temos que estar precavidos ao momento em que a sua natureza má se manifestará (VALENTIM, 2013, p. 2).

Ao publicar *O Príncipe*, em 1532, Maquiavel chama a atenção do mundo do seu tempo para enxergar a pessoa dele além do humanista filho do advogado Bernardo com os seus aprendizados familiares à margem da religião. As propostas contidas no referido livro marcam uma ruptura com a hegemonia religiosa no que se referia às orientações a todos os campos sociais da Europa do século XVI.

Como estudos acadêmicos, filosóficos e de outras áreas impõem a interpretação do que se investiga e se lê, a biografia de Maquiavel não agrupou somente simpatizantes das suas visões de mundo. “Por séculos e até no cotidiano do povo, foi criada e difundida a imagem associada a Maquiavel do maquiavelismo, o qual possuía as características da atitude imoral, astuciosa, traiçoeira, as quais transgridam a ética e a moral dos homens” (AZENHA, 2015, p. 5).

Também não se limitam as anotações aqui ao campo filosófico do pensador italiano dos começos da Era Moderna da História. Como já informado pela citação de Medeiros (2014), ele também era diplomata e administrador, que não recorria apenas à contemplação da vida em suas manifestações.

Há o Maquiavel técnico, preparado em matemática, que usa da razão para expressar os seus pensamentos e para expor resultados de análises feitas por ela, com linguagem objetiva em certos casos. “Ele lia e escrevia o que quer que considerasse útil para compreender o mundo político onde desempenhava sua

carreira diplomática" (VATTER, 2017, p. 12). E ainda em relação à sua vida pessoal, as informações preliminares sobre ele e suas obras, com ênfase em *O Príncipe*, destacam o seguinte:

> Pouco se sabe de sua vida até 1498, quando ele foi nomeado secretário e segundo chanceler da República Florentina. Durante sua permanência no cargo, viajou em missão à corte de Luís XII e à do imperador Maximiliano; esteve com César Bórgia na Romanha e, tendo observado a eleição papal de 1503, acompanhou Júlio II em sua primeira campanha de conquista. Em 1507, na qualidade de chanceler dos recém-nomeados Nove di Milizia, organizou uma força de infantaria que participou da captura de Pisa em 1509. Três anos mais tarde, ela foi derrotada pela Liga Santa em Prato, os Médici retornaram a Florença, e Maquiavel viu-se excluído da vida pública. Depois de sofrer prisão e tortura, recolheu-se em sua propriedade rural nas imediações de San Casciano, onde, em companhia da esposa e dos seis filhos, se dedicou a estudar e escrever (MAQUIAVEL, 2017, p. 5).

Maquiavel com 29 anos de idade assumiu o cargo de secretário e segundo chanceler da República Florentina. Já trazia convicções sobre diferentes pontos sobre a vida, o homem, a política e a sociedade, sem interferência da religião. Se aparecem relações entre ele e as autoridades eclesiásticas, como o caso do Papa Júlio II, elas foram diplomáticas e não por afinidade filosófica e religiosa. Por exemplo, "em 1520, o cardeal Giulio de Médici encomendou-lhe uma história de Florença, que ele concluiu em 1525" (MAQUIAVEL, 2017, p. 5).

Caracterizar o filósofo aqui em questão como realista, como fez Medeiros (2014) é retirar de uma vez quaisquer possibilidades de identificar nele espiritualidade e acompanhamento religioso em suas atividades artísticas. De modo indiscutível, ele pouco se afez ao que dizia a catequese católica medieval. Sequer trabalhou para contestá-la. Somente se dedicou às próprias visões de mundo e numa linguagem clara e decidida as expôs em suas anotações.

Talvez Maquiavel, escrevendo o seu realismo filosófico sobre moral, política e temáticas afins, não tivesse interesse de ser anticlerical, salvo pelas circunstâncias e pelas conveniências das suas convicções, mas nem isso aparece em seus escritos. O maquiavelismo não se refere a um anticlericalismo na filosofia.

"Entre suas obras figuram *O Príncipe; Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio; A arte da guerra e a comédia A mandrágora, uma sátira sobre a sedução*" (MAQUIAVEL, 2017, p. 5). Certamente, *O Príncipe* lhe confere uma

eternização no mundo da literatura filosófica. Mas, não se impõe com exclusividade, pois a filosofia do maquiavelismo é lida desde as publicações do seu autor em vida e lhe sustenta a imortalidade artística até os tempos contemporâneos.

Registre-se ainda ser o sobredito pensador florentino “o primeiro defensor da autonomia da esfera política, sobretudo em relação à moral e à religião, quer dizer, fora de qualquer preocupação de ordem moral e teológica, e foi o primeiro pensador a fazer distinção entre a moral pública e a moral particular” (MEDEIROS, 2014, p. 1).

Maquiavel, pelas informações até aqui assentadas, cresceu sob os incentivos do seu pai para ser o humanista cético que foi, sem aderir ao anticlericalismo radical, mas sem se deixar influenciar pela religião, ainda que fosse para uma satisfação social mais conveniente e menos revolucionária.

O citado pensador usou apontar valores contrastantes com o catecismo cristão e se destacou por visões mais livres de moralismos, o que se confirma nesta interpretação sobre ele, entre outros, em *O Príncipe*.

“O que foi único para sua época era o fato de Maquiavel juntar a experiência histórica moderna e a inteligência política clássica para moldar uma compreensão da política do ponto de vista do povo, e não da nobreza” (VATTER, 2017, p. 13). E ainda importa considerar que

> Maquiavel distancia-se também dos tratados sistemáticos da escolástica medieval e propõe estudar a sociedade pela análise dos fatos, sem se perder em vãs especulações. Ao observar a história dos fatos, o pensador florentino constata que os homens sempre agiram pelas formas de violência e da corrupção e conclui que o homem é por natureza capaz do mal e do erro. Às utopias opõe ele um realismo antiutopista através do qual pretende desenvolver uma teoria voltada para a ação eficaz e imediata (MEDEIROS, 2014, p. 1).

O que se verifica em cada citação sobre a pessoa e o trabalho de Nicolau Maquiavel é a reafirmação de um ceticismo em relação ao ser humano como este não sendo capaz de viver na realidade as utopias pregadas pela igreja e repetidas pela sociedade. Neste caso, a boa-fé religiosa sempre se manteve à parte das reflexões filosóficas do pensador florentino, não obstante ser o ensino predominante nos tempos em que ele viveu.

Esses aspectos biográficos que elencamos ao longo desse capítulo nos

ajudam a entender um pouco do gênio criativo que está por trás da obra *O Príncipe*, que é o principal objeto da nossa pesquisa. Em seguida passaremos a abordar os eixos temáticos da nossa dissertação, conforme definidos acima, começando pelas formas de se adquirir um estado, assunto esse tratado nos capítulos iniciais d'*O Príncipe*.

3 COMO ADQUIRIR UM ESTADO?

A esta pergunta, Maquiavel responde nos capítulos de um a seis do livro *O Príncipe*. Primeiramente, ele expõe de quantas espécies são os principados e de quantos modos se adquirem. Segue discorrendo dos principados hereditários, continua sua análise com os principados mistos. Em seguida, analisa as razões do reino de Dario, ocupado por Alexandre, que não se rebelou contra os sucessores do mesmo. Ainda apresenta formas de conservar cidades e principados que se regiam por leis próprias antes da ocupação. E por último discorre sobre os principados novos que se conquistam pelas armas e nobremente. Será analisado aqui, qual o posicionamento do pensador florentino em relação à moral, bem como os conselhos que o mesmo sugere ao governante/príncipe para se manter no poder.

Maquiavel na primeira parte do livro *O Príncipe* apresenta, de início, a quantidade de espécies em que são formados os principados e de quantos modos podem ser adquiridos esses principados pelos governantes/príncipes. No primeiro capítulo, o leitor é capaz de identificar quais tipos e modos de principados serão analisados pelo pensador florentino. Afirma que os Estados, formados pelo poder dos homens, são repúblicas ou principados. Os principados podem ser divididos em hereditários, passando de pai para filho, ou principados novos, que podem ser totalmente novos ou “como membros acrescentados a um Estado” (MAQUIAVEL, 1996, p. 33). Destes principados novos, a aquisição é feita por tropas de outrem ou por suas próprias, e a aquisição pode ocorrer por mérito ou por fortuna.

Aqui vale ressaltar que o conceito de Estado empregado por Maquiavel é: a) a posse de um príncipe/governante que domina uma região e consequentemente seus habitantes, chamando a esse sistema de governo de principado; ou b) a posse de muitas pessoas, que se reúnem para formar um estado, que é denominado pelo autor de república. Nesse caso, ter “Estado” é ter comando sobre os habitantes de um território delimitado, que no principado são denominados de súditos. Já nas repúblicas, esses habitantes são cidadãos. Com isso, Maquiavel conclui que há apenas dois tipos de governança/comando sobre uma população: a) o monopólio do comando, que são os principados; ou b) o comando compartilhado entre os cidadãos, que são as repúblicas. Maquiavel não é contra a república, no entanto, ele não analisa esse sistema de governo na obra *O Príncipe*.

Pode-se perguntar se o conceito de Estado empregado por Maquiavel foi inovador ou dele descende o conceito de estado a posteriori? Respondendo a essa indagação, pode-se concluir que Maquiavel apenas sintetizou o conceito de Estado empregado na época e deu base teórica ao conceito de Estado para os teóricos a posteriori. Na contemporaneidade, Luciano Gruppi diz que:

> O Estado é um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico (isto é, uma população, ou um povo); e o Estado é a maior organização política que a humanidade conhece. (GRUPPI, 2001, p. 7)

Segundo Gruppi, para se formar um Estado é necessário três elementos: poder político, povo e território. Ora, esse conceito é uma síntese dos conceitos que Maquiavel emprega para formar um principado ou uma república. Sendo que o primeiro é dominado por um governante/príncipe que se apodera de uma região (território) para governar um povo, que são seus súditos. Já o segundo, a república, é o poder compartilhado entre vários governantes que se reúnem, juntando seus territórios e consequentemente seus cidadãos. Gruppi informa, ainda que:

> O Estado, para Maquiavel, não tem mais a função de assegurar a felicidade e a virtude, segundo afirmava Aristóteles. Também não é mais - como para os pensadores da Idade Média - uma preparação dos homens ao Reino de Deus. Para Maquiavel o Estado passa a ter suas próprias características, faz política, segue sua técnica e suas próprias leis. (GRUPPI, 2001, p. 11)

Então, Maquiavel na obra em questão, *O Príncipe*, procura apresentar para o governante/príncipe conselhos que devem ser seguidos para assegurar o governo/principado e manter o poder sobre o território e o povo/súditos. A execução do poder do príncipe é desvinculada da moral empregada na religião católica, bem como desvinculada da moral até então herdada dos pensadores da idade antiga e média, pois Maquiavel não procura idealizar um principado ou um governo ideal, mas um governo/principado real e deixa isso claro apresentando o objetivo de seu livro.

Já no segundo capítulo, ele expõe o objetivo que é discutir e mostrar como os principados podem ser governados e mantidos.

> Referir-me-ei somente aos principados, e procurarei discutir e mostrar como esses principados hereditários podem ser governados e mantidos. (MAQUIAVEL, 1996, p. 35)

Observa-se aqui nesses dois primeiros capítulos que ele não tem a intenção de fazer uma análise da moral política que o governante possa adotar em seu percurso de governabilidade, no entanto, implicitamente ele apresenta pistas e dá conselhos sobre como o governante pode se comportar ou tomar decisões de acordo com a situação que lhe é apresentada. Isso fica claro quando o mesmo apresenta como exemplo a Itália no tempo do Duque Funara, que resistiu com sucesso aos ataques dos venezianos e do Papa Júlio. Para Maquiavel a resposta está no passado histórico do principado. Se o herdeiro repetir e relembrar os feitos do passado e o mesmo não proporcione ódio e mudanças bruscas, terá sucesso na manutenção do poder e na governabilidade do principado.

No capítulo que se segue, ou seja, o terceiro, o pensador apresenta o comportamento moral que o governante deve adotar num principado misto, bem como analisa o comportamento dos súditos ao receber o novo príncipe. Ele continua o raciocínio do capítulo anterior, no entanto acrescenta uma variável que é um principado novo, mas que foi ajustado a um Estado hereditário. Ou seja, um principado misto. Dessa forma, apresenta as mesmas dificuldades de um principado novo. Pois os homens mudam de boa vontade de senhor, supondo melhorar, e esta crença os faz tomar armas contra o senhor atual. Então, o governante deve ver como inimigos todos aqueles que se sentem ofendidos pelo fato de ocupar o principado; e também não pode conservar como amigos aqueles que o puseram no governo. Maquiavel alerta que um território, sendo conquistado pela segunda vez, pode ser perdido com mais dificuldade, pois o príncipe, tendo por pretexto a rebelião, hesita menos em assegurar a punição dos revoltosos, esclarecer as suspeitas, prover as suas próprias fraquezas. O conquistador, para mantê-los, deve ter duas regras: primeiro, fazer extinguir o sangue do antigo príncipe; segundo, não alterar as leis nem os impostos.

A moral empregada na atitude de um governante que age conforme os conselhos de Maquiavel, é uma moral utilitarista e pragmática. Em outras palavras, Maquiavel enfatiza que um governante deve tomar ações que maximizem sua própria estabilidade no poder e a eficácia de seu governo, mesmo que isso envolva

ações que possam ser consideradas imorais ou cruéis sob um ponto de vista convencional. As ações recomendadas por Maquiavel incluem: 1) Eliminar o sangue do antigo príncipe: Isso pode envolver a eliminação da linhagem do antigo governante para evitar futuras reivindicações ao trono. Essa ação é claramente vista como brutal e imoral do ponto de vista convencional, pois envolve a perseguição e eliminação de oponentes; 2) Não alterar as leis nem os impostos: Maquiavel aconselha a não fazer mudanças significativas nas leis e nos impostos para evitar a alienação da população. Isso pode ser visto como uma estratégia para manter o *status quo* e evitar a resistência popular, mesmo que as leis e os impostos existentes sejam injustos. O foco de Maquiavel é a sobrevivência e o sucesso do governante e do Estado, e ele argumenta que, em certas circunstâncias políticas, a moral tradicional deve ser deixada de lado em prol desses objetivos. Portanto, a moral empregada aqui é uma moral instrumental que coloca os interesses do governante e do Estado acima de considerações éticas convencionais.

Maquiavel continua a aconselhar o príncipe, agora relatando os desafios que este enfrenta ao conquistar uma província de língua, costumes e leis diferentes. Aqui, o autor de *O Príncipe* diz que o governante/príncipe, além de precisar de grande habilidade para conservar a província, necessitará de boa sorte. E continua dizendo que o príncipe conquistador deverá ir habitar a terra conquistada, pois poderá presenciar as dificuldades e intervir a tempo de não perder a conquista. Com sua presença, os novos súditos ficarão satisfeitos por observar que terão um acesso fácil ao seu governante e com isso será mais fácil temê-lo e amá-lo. Outras maneiras de conservar esses principados são: a) organizar colônias, em um ou dois lugares, as quais serão uma espécie de grilhões postos à província; ou b) ter muita força armada, que custará mais aos cofres da província. Também é aconselhável ao príncipe que governa uma província de língua, costumes e leis diferentes, fazer-se de chefe defensor dos mais fracos, e tratar de enfraquecer os poderosos da província, além de guardar-se de que entre, por acaso, um estrangeiro tão poderoso quanto ele.

Observa-se que são apresentados conselhos e modos de como o príncipe deve se comportar com a nova aquisição e diante de seus novos súditos. No entanto, a preocupação do pensador, ao fazer esses relatos e dar esses conselhos, não é com a moral cristã predominante na sua época, mas com a governabilidade política do príncipe frente à nova província. E com isso, deve apoderar-se de um

novo estilo de princípios morais/políticos para conseguir vencer as adversidades, caso queira permanecer no poder.

Para ilustrar isso que está se asseverando aqui, Maquiavel tomou como exemplo histórico concreto o Rei Luís XII, que foi o Rei da França. Luís XII foi coroado em 27 de maio de 1498, na Catedral de Reims. Após a sua coroação, solicita ao Papa Alexandre VI a anulação do seu casamento com Joana de Valois, alegando razões consanguíneas. O Papa pronunciou-se a favor da anulação, em troca da ajuda francesa na conquista da Romanha e concessão do Ducado de Valentinois a seu filho César Bórgia. Então, após a anulação do seu antigo casamento, casa-se em 8 de janeiro de 1499, com Ana, Duquesa da Bretanha, viúva de seu antecessor e primo Carlos VIII, garantindo a si e aos reis franceses a anexação do Ducado da Bretanha. Luís XII enfrentou várias guerras e batalhas sendo vitorioso em algumas e colecionando vários fracassos militares e diplomáticos, no entanto foi um monarca popular em seu país, tendo sido intitulado “Pai do Povo” pelos Estados Gerais em 1506.

A política do Rei Luís XII na península itálica foi severamente criticada por diversos contemporâneos seus, incluindo Maquiavel que relata os cinco erros que ele cometeu: a) abateu os menos poderosos; b) com isso, aumentou a potência de um poderoso na Itália; c) trouxe um estrangeiro poderosíssimo; d) não habitou na Itália; e) não criou colônias. Além disso cometeu um sexto erro: f) apoderou-se de territórios dos venezianos, pois, mesmo que não houvesse fortificado a igreja e não houvesse intrometido a Espanha nas coisas da Itália, o objetivo era diminuí-los. O rei Luís perdeu a Lombardia por não haver observado nenhum dos princípios observados pelos outros que conquistaram províncias e as conservaram.

Observa-se que Maquiavel ao mesmo tempo que analisa e critica as atitudes do Rei Luís XII, apresenta conselhos que devem ser seguidos pelo príncipe, bem como elenca atitudes que devem ser tomadas, implantando assim um novo poder político e moral para que o governante se mantenha no comando de seu principado. Ao fazer a crítica ao Rei da França, ele direciona as atitudes que não devem ser seguidas, pois resultará em fracasso.

Já no quarto capítulo, Maquiavel apresenta dois exemplos de principados muito divergentes quanto a sua governabilidade. O primeiro por um príncipe ajudado por ministros e o segundo por um príncipe e barões. Ora, os primeiros são servos do governante que os nomeia por graça e concessão, já os segundos, os barões

seguem na governabilidade por antiguidade de sangue, pois detêm o domínio e súditos próprios. Neste, o príncipe não tem muita autoridade, já que é compartilhada com os barões. No entanto, naquele o príncipe detém toda autoridade, já que os ministros são servidores de seu principado. Observa-se que a moralidade empregada em ambos os casos é divergente já que ora os súditos são obrigados a cumprir leis impostas diretamente pelo príncipe, ora os súditos têm uma autoridade compartilhada, pois o príncipe governa o território, no entanto não detém toda a autoridade a que lhe é devida, pois compartilha com os barões, e estes, por estarem mais próximo do povo, impõem maior autoridade.

Para ilustrar esses dois tipos de governança, Maquiavel exemplificou relatando os governos turco e francês. O governo turco é exercido por um senhor que, dividindo o seu reinado em *sandjaks* (territórios), dispõe de servidores que mudam e deslocam como bem lhe parece. Já o rei de França está colocado em meio a uma multidão de senhores cujo domínio é tradicional e que são, em seus distritos, reconhecidos e amados por seus súditos. Maquiavel diz que quem considera estas duas situações, encontrará dificuldade em conquistar o Estado turco. Caso não tenha embargo, uma vez vencedor, ser-lhe-á muito fácil conservá-lo. Já no caso do reino da França acontece o contrário, pois é possível entrar com facilidade, conseguindo aliança com algum barão do reino, pois sempre se encontram descontentes ou gente desejosa de fazer inovações. A vitória poderia ser fácil, no entanto, para manter o governo, tende a enfrentar inúmeras dificuldades criadas não só pelos oprimidos, como também pelos que de início auxiliaram a empreitada.

Por último, Maquiavel faz a análise comparativa do governo de Dario. Diz ele que encontrar-se-á semelhança com a do sultão da Turquia. A Alexandre foi necessário desbaratar o inimigo em bloco, depois da vitória e Dario morto, para ter o Estado seguro. E os sucessores de Alexandre, se se houvessem mantido unidos, poderiam gozar ociosos aquele reino; não houve aí outros tumultos senão os que eles próprios suscitaram. Já os Estados organizados como o da França, é impossível conquistá-los com tanta facilidade. Existiam aí numerosos principados, e enquanto perdurou a lembrança deles, os romanos nunca puderam estar absolutamente seguros da posse; apagada, porém, a memória daqueles principados, em vista da potência e duração do império, surgiu a segurança completa dos possuidores.

A inferência moral que podemos tirar do trecho é que a moralidade e a ética

política podem variar de acordo com o contexto e as circunstâncias políticas. Maquiavel, em sua abordagem pragmática, sugere que a moralidade política não deve ser avaliada com base em padrões absolutos, mas sim em relação aos objetivos políticos específicos que um governante busca alcançar. No caso do trecho em questão, Maquiavel descreve duas formas de governança: um governo com ministros nomeados pelo príncipe, que detém todo o poder, e um governo em que o poder é compartilhado com barões ou senhores locais. Em ambas as situações, o que é considerado moral ou ético varia. No primeiro caso, onde o príncipe detém todo o poder, pode ser visto como moralmente aceitável que ele exerça autoridade de forma mais centralizada, eliminando oposições e tomando decisões autocráticas para manter a estabilidade do Estado. Já, no segundo caso, onde o poder é compartilhado com barões, pode ser moralmente aceitável que o príncipe forme alianças com esses barões para conquistar e manter o governo, mesmo que isso envolva a exploração das rivalidades locais e a promoção de interesses próprios. A inferência moral aqui é que a moralidade política não é fixa, mas pode ser moldada pelo contexto político e pelos objetivos do governante. Maquiavel argumenta que um governante deve ser flexível e adaptar sua conduta de acordo com as circunstâncias para alcançar seus objetivos políticos e manter o poder.

No capítulo cinco, o pensador florentino analisa como o governante pode se portar diante de um Estado conquistado que tem o hábito de reger-se por leis próprias e em liberdade. Aqui ele apresenta três vias que o príncipe poderá seguir para manter sob controle tais estados: arruiná-los; habitá-los; deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando um governo de poucos. Para ele, é mais fácil conservar o governo numa cidade acostumada à liberdade, do que de qualquer outra forma.

> Sirva-nos de exemplo a história dos espartanos e dos romanos. Os primeiros criaram em Atenas e Tebas um governo oligárquico: perderam-nas novamente. Os romanos, para manter-se na posse de Cápua, Cartago e Numância, destruíram-nas. E não as perderam. Mas quiseram governar a Grécia como os espartanos, tornando-a livre e mantendo-lhe as suas leis. Não conseguiram e foram obrigados a destruir muitas cidades para conservar-se no poder. (MAQUIAVEL, 1996, p. 49)

Conforme se pode observar, a primeira via é arruinar, ou seja, destruir a cidade toda, desde seus principais edifícios até seus costumes. Assim poderá

construir uma nova ordem, com novos costumes e nova moralidade. A segunda, é habitar essa cidade conquistada, então cita o exemplo do domínio dos espartanos quando dominaram Atenas e Tebas, que mesmo criando um governo oligárquico e tendo a presença constante do exército espartano, não conseguiu êxito por muito tempo na sua governabilidade, sendo expulsos. A terceira via é deixar os habitantes conquistados, viver com suas leis, arrecadando impostos e criando um governo de poucos. Essa via, também, não obteve êxito. Cita como exemplo o domínio da Grécia pelos romanos que deixou os gregos livres e manterem suas leis. Para não perder o domínio, os romanos foram obrigados a destruir várias cidades.

A conclusão a que se chega é que, apenas a ruína garante ao conquistador a governabilidade da cidade conquistada: “não há garantia de posse mais segura do que a ruína” (MAQUIAVEL, 1996, p. 50). Veja que Maquiavel, ao citar esses exemplos, é muito realista com os fatos e apresenta uma ação política prática, tendo em vista o domínio, o poder e a governabilidade. E para que o governante/príncipe consiga seu objetivo, não poderá se reger pelos princípios morais cristãos, terá que priorizar o princípio político da governabilidade e da posse do poder.

Para finalizar o capítulo ele faz menção às repúblicas dizendo que:

> Nas repúblicas, há mais vida, o ódio é mais poderoso, maior é o desejo de vingança. Não deixam nem podem deixar repousar a memória da antiga liberdade. Assim, para conservar uma república conquistada, o caminho mais seguro é destruí-la ou habitá-la pessoalmente. (MAQUIAVEL, 1996, p. 50)

Com isso, Maquiavel volta à questão da diferença entre principado e república. Ao expressar-se dessa forma sobre a república, Maquiavel deixa transparecer como um anti-republicano, no entanto, essa não é sua intenção e também não o é. O que o pensador florentino quer apresentar nesse trecho, ao finalizar o capítulo, é como o governante pode conquistar e manter o poder de um principado. Pois, segundo ele, para adquirir um principado/estado/governo é necessário ao conquistador destruir, para instaurar uma nova ordem ou ir habitar pessoalmente para estar mais próximo dos súditos e assim poder conhecer e modificar a vivência dos mesmos, instaurando novos costumes e moralidade na terra conquistada.

No último capítulo, dessa primeira parte, o sexto, o pensador florentino cita exemplos de líderes que estiveram à frente de um principado/governo pelo seu valor

de líder e não pela sua boa sorte. Para ilustrar o tema, Maquiavel cita o exemplo de Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu, que foram príncipes pelo seu valor e não por boa sorte. Examinando a vida desses grandes governantes, conclui-se que eles não receberam da fortuna mais do que a ocasião de poder amoldar as coisas como melhor lhes aprouvessem. Pois, aqueles que, por suas virtudes, se tornam príncipes, conquistam o principado com dificuldade, mas se mantêm facilmente. As dificuldades que encontram na conquista do principado nascem, em parte, da nova ordem legal e dos costumes que são forçados a introduzir para a fundação do seu Estado e da sua própria segurança. Tornar-se governante por suas próprias virtudes é encontrar muita dificuldade para vencer, no entanto, a governabilidade será fácil. Criar novos costumes e leis é muito difícil, duvidoso e perigoso para o governante. No entanto, ao vencer esse primeiro momento ele terá uma governabilidade duradoura à frente de seu Estado, pois foi capaz de criar uma nova ordem política e social a seu favor.

Para finalizar o capítulo, cita o exemplo de Hierão de Siracusa que tornou-se príncipe por sorte, pois estava entre os que não tiveram mais do que a ocasião. Estando os siracusanos oprimidos, elegeram-no para seu capitão. Nesse posto mereceu tornar-se príncipe, pois extinguiu a antiga milícia, organizou a nova, deixou as amizades antigas, conquistou outras, e, como tivesse amizades e soldados seus, pôde, sobre tais alicerces, edificar as obras que quis, tanto que teve muito trabalho para conquistar, mas pouco para manter-se.

Respondendo a pergunta inicial, como adquirir um estado, pode-se observar que Maquiavel elenca percursos que devem ser seguidos, bem como, apresenta exemplos de governantes que seguindo esses princípios foram vitoriosos em suas jornadas e outros que ao ignorar, suncumbiram em suas decisões, não conseguindo conquistar o objetivo pretendido. No entanto, após a conquista de um estado/principado, como que o príncipe/governante deve agir para assegurar a governabilidade dessa sociedade? É o que será apresentado no próximo tópico.

4 ASSEGURAR A SOCIEDADE

Nesta segunda parte, que inicia no capítulo sétimo e estende-se até o décimo, Maquiavel procura apresentar ao príncipe, como deve agir para assegurar a sociedade a seu favor. No capítulo sete ele aconselha como se deve agir quando se conquista um principado com armas e virtudes de outrem. No capítulo oito, o autor de *O Príncipe* relata duas formas de se alcançar um principado: pelo crime e pela aclamação dos conterrâneos. Neste capítulo ele apresenta exemplos de governantes que alcançaram o principado pelos seus crimes e no capítulo nove apresenta principados alcançados pelo favor dos concidadãos, ou seja, um principado civil. Já no capítulo dez, Maquiavel responde a uma pergunta sobre a segurança do principado, ou seja, se o príncipe deve possuir força dentro do Estado ou se é melhor a força de terceiros, de fora do Estado. Observe que o pensador florentino apresentará vários conselhos aos governantes e estes serão firmados com exemplos já vivenciados na história dos principados aos quais ele teve contato, seja pessoalmente ou por meio de livros e relatos.

O pensamento político desenvolvido por Maquiavel em seu livro *O Príncipe* é algo admirável, pois além de contradizer a cultura e os costumes da época que estavam ligados aos princípios morais do pensamento católico cristão, ele procura apresentar em seus relatos, realizados em cada capítulo, que a política deve ser algo prático, ou seja, o governante deve agir com altivez, astúcia e ser realista, encarando os fatos de modo que esses possam ser moldados a seu favor, que possa seguir na governabilidade do seu Estado com a autoridade que lhe é devida.

No capítulo sete, o pensador florentino, apresenta seus argumentos sobre os principados que são adquiridos pela fortuna em que o governante tem pouco trabalho para adquirir, porém se mantém no cargo a duras penas. Ou seja, o Estado que foi concedido ao príncipe por dinheiro ou por graça de outrem, tais príncipes estão na dependência exclusiva da vontade e boa fortuna de quem o concedeu, sendo, nesse caso, extremamente volúvel e instável. Então, a consequência para o príncipe é que como não fez nenhum esforço para adquirir, poderá perder facilmente, pois poderá não saber gerir, já que nunca esteve à frente de algo tão grandioso. Ou, outra consequência, não tendo posses, não terá força para manter o Estado, pois não contará com forças amigas e fiéis para se manter no poder.

> Francesco, pelos meios devidos, e por grande valor, de simples particular se tornou duque de Milão e pôde manter facilmente aquilo que havia conquistado à custa de afanosos trabalhos. Por outro lado, César Bórgias, chamado pelo povo duque Valentino, adquiriu o Estado com a fortuna do pai e sem esta o perdeu, não obstante houvesse feito tudo quanto devia fazer um homem prudente e valoroso a fim de que criasse raízes nos Estados que as armas e a fortuna de outrem lhe haviam concedido. (MAQUIAVEL, 1996, p. 56)

O primeiro, Francesco Sforza, manteve facilmente seu principado à custa de seu laborioso trabalho. Já o segundo, César Bórgia, adquiriu o Estado com a fortuna do pai e quando esta chegou ao fim, perdeu o principado. O duque Valentino, como era conhecido César Bórgia, fez tudo que lhe era devido para se manter no poder: extinguiu todos os senhores que depôs, para evitar protestos de intervenção do papa; procurou conquistar todos os gentis-homens de Roma para poder enfrentar o papa; aumentou o quanto pôde a sua influência no Sacro Colégio; e por último, conquistou a maior soma de poder antes da morte do papa, com o fim de poder resistir por si mesmo ao primeiro ataque. No entanto, mesmo seguindo a risco esse itinerário, não foi possível concretizar com êxito o último ponto e como não pôde eleger um papa que lhe fosse amigo, apoiou um que não fosse seu inimigo.

O pensador florentino diz que “quem não prepara as bases antes, poderá fazer depois esse trabalho” (MAQUIAVEL, 1996, p. 56), mesmo que a edificação seja um desafio para o arquiteto e um perigo para o edifício. Continua relatando que o duque traçou alicerces para seu governo e o seu exemplo de governança serve de lição para os novos príncipes. No entanto, a ruína de seu principado não se deve às suas atitudes, mas à “força de extremos reveses da sorte” (MAQUIAVEL, 1996, p. 56).

O que se pode observar nesses relatos de Maquiavel é que são apresentadas trilhas para serem seguidas pelo príncipe e quais consequências dessas atitudes. É notória a forma como a moralidade cristã é deixada de lado em nome de uma governabilidade política que tem como objetivo a manutenção do poder. O realismo político apresentado pelo pensador florentino é tão convincente que o leitor esquece que existe uma moralidade nas ações políticas do governante. Porque o que se procura a qualquer preço é o domínio do Estado e a manutenção do poder estatal nas mãos do príncipe.

> Portanto, se julgas necessário, num principado novo, assegurar-te contra os inimigos, conquistar amigos, vencer ou pela força ou pela astúcia, fazer-te amado e temido do povo, ser seguido e respeitado pelos soldados, extinguir os que podem ou devem ofender, renovar as antigas instituições por novas leis, ser severo e grato, magnânimo e liberal, dissolver a milícia infiel, criar uma nova, manter amizades dos reis e dos príncipes, de modo que te sejam solícitos no benefício e tementes de ofender-te, repito que não encontrarás melhores exemplos que nas ações do duque. (MAQUIAVEL, 1996, p. 60)

Maquiavel faz uma última análise sobre as ações do Duque Valentino, dizendo que o erro dele foi ter apoiado a eleição de Júlio ao pontificado. Mas, como o próprio duque afirmou em suas palavras que não podia fazer Papa um de seus amigos, então o que poderia fazer era apoiar alguém que não fosse seu inimigo. Então, o duque errou e foi ele mesmo o causador de sua ruína definitiva. Servindo, assim, de exemplo para os príncipes posteriores de como se deve agir para manter-se à frente de um principado.

No capítulo oito, são analisados os principados que foram conquistados pelo crime. Aqui ele cita o exemplo de Agátocles Siciliano, rei de Siracusa, e de Oliverotto da Fermo. O primeiro tornou-se rei de Siracusa galgando os degraus da sua maldade, ingressou na milícia e chegou a ser pretor de Siracusa. Deste posto deliberou tornar-se príncipe e se manteve no poder pela violência que já fazia parte de sua história. Para se manter como rei, matou todos os senadores e homens de posse da cidade, após defendeu a cidade dos ataques inimigos e ao mesmo tempo assaltou a África. Libertou Siracusa do assédio dos cartagineses ao tempo que os reduziu à condição de miserabilidade.

> Agátocles Siciliano tornou-se rei de Siracusa, sendo não só de condição impura mas também abjeta. Filho de um oleiro, teve sempre vida criminosa na sua mocidade. Acompanhava as suas maldades de tanto vigor de ânimo e de corpo que, ingressando na milícia, chegou a ser pretor de Siracusa, por força daquela maldade. Neste posto, deliberou tornar-se príncipe e manter, pela violência e sem favor de outros, aquele poder que lhe fora concedido por acordo entre todos. (MAQUIAVEL, 1996, p. 63)

Já Oliverotto, chegou ao governo de Fermo por traição. Era órfão, foi criado pelo tio materno, dedicou sua juventude à vida militar, tornou-se o primeiro homem

de sua corporação. Como percebeu que se continuasse na vida militar, estava condenado a ser servo, decidiu ocupar a cidade de Fermo com a ajuda de seu amigo Vitellozzo. Solicitou ao tio que o recebesse com todas as honras, porém na festa de boas vindas promovida pelo tio e com todos os homens de posses festejando juntamente, criou uma situação desagradável, que foi resolvido numa sala fechada. Nesse momento aproveitou para assassinar a todos com a ajuda dos amigos. Tomou a cidade e o poder, tornando-se governante de Fermo.

As atitudes de Agátocles Siciliano e Oliverotto de Fermo, conforme descritas por Maquiavel, refletem uma moral utilitarista e pragmática. Em suas ações, eles demonstram um compromisso com a eficácia política e a busca pelo poder, mesmo que isso envolva o uso da crueldade e da traição. A moralidade subjacente a essas atitudes pode ser descrita da seguinte maneira: 1) Utilitarismo Político: tanto Agátocles quanto Oliverotto adotaram uma abordagem utilitarista, na qual consideraram que a conquista e a manutenção do poder eram os objetivos mais importantes. Eles estavam dispostos a usar qualquer meio necessário para alcançar esses objetivos, incluindo assassinato e traição, desde que isso servisse aos seus interesses políticos; 2) Falta de Consideração Moral Convencional: as ações de Agátocles e Oliverotto não se pautaram pela moralidade convencional, que condena o assassinato e a traição como atos imorais. Em vez disso, eles estavam dispostos a violar normas éticas tradicionais em prol do poder e da autoridade. 3) Foco na Autopreservação: Agátocles e Oliverotto estavam motivados pela autopreservação e pela busca de poder pessoal. Eles viam a política como um jogo de sobrevivência no qual as ações drásticas eram justificadas se garantisse sua própria segurança e dominação.

É importante notar que a moralidade das ações de Agátocles e Oliverotto é altamente controversa e questionável do ponto de vista das normas éticas convencionais, herdadas dos antigos e da Igreja Católica. No entanto, Maquiavel os apresenta como exemplos extremos de líderes dispostos a usar a crueldade e a violência para alcançar seus objetivos políticos, e não como modelos de conduta moralmente aceitáveis. Para Maquiavel, essas histórias servem como ilustrações de como a política muitas vezes envolve a tomada de decisões moralmente ambíguas ou mesmo condenáveis, especialmente quando se trata de lutas pelo poder e pela sobrevivência política. Maquiavel, em seu realismo político, está mais interessado em descrever a política como ela é, em oposição a como deveria ser sob padrões

morais convencionais.

A forma como o pensador florentino consegue sintetizar e exemplificar a política, bem como, o olhar inovador que lança sobre a política, revolucionaram e libertaram os príncipes/governantes dos laços da moralidade ligada ao catolicismo ou a qualquer vínculo da política idealizada anteriormente que enfoca uma ação voltada para o bem comum e não para a governabilidade. Maquiavel é realista e apresenta um olhar prático e inovador, libertando o vínculo umbilical com a velha política e inaugurando uma nova moralidade, que mais tarde para alguns críticos é tida como imoral ou amoral.

Outra forma de se chegar ao poder e adquirir um principado é pelo favor dos concidadãos, ou seja, um principado civil, que Maquiavel relata no capítulo nove do livro *O Príncipe*. Neste, ele relata que o príncipe pode ser eleito pelo apoio popular ou pelo apoio dos poderosos.

> O principado é estabelecido pelo povo ou pelos grandes, segundo a oportunidade que tiver uma destas partes; percebendo os grandes que não podem resistir ao povo, começam a dar reputação a um dos seus elementos e o fazem príncipe, para poder, sob sua sombra, satisfazer seus apetites. O povo também, vendo que não pode resistir aos grandes, dá reputação a um cidadão e o elege príncipe para estar defendido com a sua autoridade. (MAQUIAVEL, 1996, p. 67)

Se for eleito pelo apoio popular não terá muita dificuldade em manter o poder, já que o povo espera ser oprimido pelo governante, então para que o príncipe tenha o apoio do povo, basta que não o oprima. No entanto, se alcançar o principado pelo apoio dos grandes, terá mais dificuldade de se manter à frente do principado, pois encontra-se com muita gente ao seu redor e da mesma igualha, por isso terá dificuldade de governar e manejar como entender.

O autor de *O Príncipe* classifica os grandes em dois grupos: a) os que procedem de tal modo que se ligam em tudo à tua fortuna; b) os que agem diversamente. Os primeiros devem ser respeitados e amados. Já, os que se enquadram no segundo grupo podem ser examinados em dois aspectos: a) se agem assim por pusilanimidade e defeito natural de caráter, deveis servir-te deles; b) quando não se obrigam para contigo, deliberadamente e por ambição, é sinal de que pensam mais em si próprios do que em ti. Então, dos primeiros, poderá receber bons conselhos, porque em tempos felizes te honrarão e nos adversos nada terás que

temer. Já os segundos devem manter-se em guarda e temê-los como se fossem inimigos descobertos, porque, na adversidade, ajudarão a arruinar-te.

> Quem se torna príncipe mediante o favor do povo deve manter-se seu amigo, o que é muito fácil, uma vez que este deseja apenas não ser oprimido. Mas quem se tornar príncipe contra a opinião popular, por favor dos grandes, deve, antes de mais nada, procurar conquistar o povo. (MAQUIAVEL, 1996, p. 68)

Maquiavel diz que conquistar o povo é fácil, pois o povo espera que seu governante o oprima. Tendo este se ocupado em proteger e distribuir algumas benesses, então o povo se obriga para com o benfeitor, tornando-o amigo. Então ele conclui “que é necessário a um príncipe que o povo lhe vote amizade; do contrário, fracassará nas adversidades” (MAQUIAVEL, 1996, p. 69). Para exemplificar essas afirmações, Maquiavel cita o governo de Nábis, príncipe dos espartanos que suportou longo assédio de toda a Grécia e de um exército romano poderoso, defendendo a pátria e o Estado, apenas assegurando com poucos, já que o povo era seu amigo. Então, o pensador florentino conclui dizendo “que um príncipe prudente deve cogitar da maneira a fazer-se sempre necessário aos seus súditos e a precisarem estes do Estado; depois, ser-lhe-ão sempre fiéis” (MAQUIAVEL, 1996, p. 70).

Infere-se do presente capítulo que Maquiavel apresenta regras de conduta que o príncipe deverá seguir tanto para ascender ao poder, quanto para se manter no poder, bem como os cuidados que este deve ter ao ser eleito pelos grandes e/ou pelo apoio popular. Para o pensador florentino é mais viável ao príncipe ascender ao principado pelo apoio popular e procurar sempre proporcionar benesses a estes, pois se sentirão obrigados a defender seu príncipe, do que ascender ao poder pelo apoio dos grandes.

Para finalizar essa segunda parte, de como assegurar a sociedade, Maquiavel indaga, no capítulo dez, se o príncipe deve possuir força dentro do Estado para se manter na governança, em caso de ataque, ou se precisa da força de terceiros. O pensador florentino responde dizendo que para o príncipe poder se defender sem a ajuda de terceiros é necessário ter grandes posses de dinheiro e de homens, mas caso isso não seja possível é necessário fortalecer os muros de sua cidade, estar sempre abastecida de mantimentos e o príncipe não se tornar odiado

pelo seu povo. Para ilustrar essas afirmações, o pensador florentino relata sobre as cidades alemãs:

> As cidades da Alemanha são extremamente livres, têm pouco território e obedecem ao imperador quando querem, e não temem nem a ele nem a qualquer outro poderoso que lhes esteja ao redor, pois estão fortificadas de forma que obriga a refletir que expugná-las deve ser tarefa aborrecida e difícil. Todas possuem ao redor valas e muros adequados, possuem boa artilharia e têm sempre nos celeiros públicos o que comer e beber e combustível para um ano. Além disso, para que a plebe nunca sofra fome, têm sempre, em comum, por um ano, trabalho para lhe dar naquelas atividades que sejam o nervo e a vida da cidade e indústrias das quais a plebe se sustente. (MAQUIAVEL, 1996, p. 72)

Ora, o que Maquiavel aconselha é algo prático para o dia-a-dia de um principado. Ou seja, o príncipe deve constantemente estar preparado tanto para ataques externos quanto internos. Refugiar-se por detrás de muros é necessário, e que esteja sempre alerta e com o povo ao seu lado, caso contrário sua ruína é certa. A prudência do governante torna o Estado forte e sempre protegido, bem como o povo ao seu lado.

> A quem replicasse que, se o povo tem suas propriedades fora da cidade e as visse arder, não haveria paciência capaz de resistir, e que o longo assédio e o próprio egoísmo dos súditos fariam com que se esquecessem do príncipe, responderia eu que um príncipe corajoso e forte superará sempre todas aquelas dificuldades, ora dando aos súditos a esperança de que o mal não se prolongará, ora incutindo-lhes o temor da crueldade do inimigo, e assegurando-se com destreza dos que lhe parecessem muito temerário. (MAQUIAVEL, 1996, p. 72)

Maquiavel aborda questões relacionadas à defesa de um principado e à relação entre o governante e seu povo em tempos de crise ou ameaça. Maquiavel oferece conselhos práticos para os príncipes com o objetivo de manter o controle do poder e garantir a estabilidade de seu governo. Aqui estão algumas das considerações morais e estratégicas implícitas nas sugestões de Maquiavel: a) Preparação para Defesa: Maquiavel enfatiza a importância de estar preparado para enfrentar ameaças externas e internas. Isso inclui fortificar a cidade com muros e valas, ter uma artilharia eficaz e garantir o abastecimento de alimentos e

combustível. A moralidade aqui é pragmática: a defesa da cidade é fundamental para a sobrevivência do principado e a segurança de seu povo. b) Manter o Povo ao Seu Lado: Maquiavel destaca a importância de não se tornar odiado pelo povo. Isso não apenas envolve evitar práticas cruéis que alienariam os súditos, mas também criar esperanças de que a situação melhorará e garantir que eles não sofram com a fome e a miséria. A moralidade subjacente é a de que um governante eficaz deve buscar o bem-estar de seu povo, não apenas por razões éticas, mas também para garantir sua própria estabilidade no poder. c) Manipulação da Percepção: Maquiavel sugere que um governante corajoso e forte pode manipular a percepção do povo para superar dificuldades. Isso pode envolver dar esperança aos súditos de que a situação melhorará e incutir o temor da crueldade do inimigo. Essas estratégias podem ser vistas como moralmente questionáveis, pois envolvem a manipulação das emoções e da informação para servir aos interesses do governante. d) Resistência Unida: Maquiavel enfatiza que, se houver uma resistência unida, a vitória é certa. Isso sugere que a coesão e a colaboração entre o príncipe e o povo são essenciais para enfrentar desafios. A moralidade aqui é a de que, em tempos de crise, a unidade e a solidariedade podem ser cruciais para a sobrevivência de um principado.

Então, depois de apresentar conselhos, exemplos e meios de como se adquirir um estado/principado e de como assegurar o mesmo, Maquiavel irá tratar na terceira parte do livro *O Príncipe* sobre o armamento do povo. Nessa parte ele discorre sobre a melhor forma de defesa do território: se exército próprio ou mercenários; se deverá convocar a população para a defesa do território ou aceitar a ajuda do exército vizinho. Finaliza essa parte apresentando as atitudes que o príncipe deve ter para com suas tropas.

5 ARMAR O POVO

A terceira parte, que compreende do capítulo onze a quatorze do livro *O Príncipe*, discorre sobre os exércitos que o governante deve possuir para defender seu território e a si próprio. Maquiavel discorre primeiramente sobre os principados eclesiásticos, no entanto informa logo no início do capítulo onze que não analisará esse tipo de principado, mas indaga sobre o poder e a riqueza da igreja. No capítulo seguinte, doze, tratará de como um príncipe deve se aparelhar militarmente para conseguir governar com êxito. Já no capítulo treze, discorre sobre os perigos e vantagens das tropas auxiliares, mistas e nativas do governo. Por último, no capítulo quatorze, apresenta as atitudes que o príncipe deve ter para com suas tropas.

Como defender seu Estado sem que haja pessoas dispostas para isso? Poderá o governante confiar em soldados mercenários? Deverá solicitar ajuda aos governantes vizinhos? Ou deverá ele mesmo estar à frente de seu exército e este ser constituído de soldados nativos? Esses são alguns questionamentos que Maquiavel procura responder. Os principados eclesiásticos, segundo ele, são conquistados por mérito ou fortuna, porém é possível se manter no poder sem nenhuma dessas duas coisas, porque apenas os principados eclesiásticos possuem Estado e não os defendem, possuem súditos e não os governam.

> Somente esses principados, portanto, são, por natureza, seguros e felizes. E sendo eles regidos por poderes superiores, aos quais a razão humana não atinge, deixarei de falar a respeito; estabelecidos e mantidos por Deus tais Estados, seria de homem presunçoso e temerário agir de outra forma. (MAQUIAVEL, 1996, p.73)

No entanto, o que chama a atenção é a análise do poder temporal da igreja. Maquiavel procura fazer um relato de todos os atores que agiram em nome da igreja e ao longo do tempo foi colecionando riqueza e poder. Quando o Papa Leão ascendeu ao pontificado, a igreja estava poderosíssima. Então, bastou que ele a conservasse.

Para ilustrar o poder temporal da Igreja, Maquiavel relata sobre a Itália, antes da invasão de Carlos, rei da França. A Itália encontrava-se sob o domínio do papa, venezianos, rei de Nápoles, duque de Milão e florentinos. Estes governantes deveriam se precaver: a) da entrada de um estrangeiro com suas tropas no território da Itália; b) que nenhum dos envolvidos estendesse seus domínios. No entanto,

quem mais se devia manter em vigília era o papa e os venezianos. Porque para deter estes era necessário a união de todos os outros. Então, deveriam estar de armas em punho aos olhos do pontífice, tornando-o fraco e inseguro. No entanto, isso permaneceu até surgir Alexandre VI que demonstrou como um pontífice podia se valer pelo dinheiro e pela força. Valendo-se do duque Valentino, tornou a Igreja poderosa, depois de suas mortes. Então, veio depois o papa Júlio e encontrou a Igreja forte e dominando toda a Romanha. Encontrou, ainda, o caminho aberto para acumular dinheiro. A consequência disso foi que o papa Júlio prosseguiu com tais trabalhos e ainda os acresceu. Conquistou Bolonha, liquidou os venezianos e expulsou os franceses da Itália. E fez tudo isso com o objetivo de engrandecer a Igreja e não um indivíduo.

Vale lembrar que no principado eclesiástico a moral vigente é a moral cristã, apesar de que a política não deixou de existir e ser influenciada por todos que compõem o clero. Pelo menos aparentemente era a moral cristã que dominava o ambiente eclesiástico.

No capítulo doze, Maquiavel elenca quais as forças com que um príncipe poderá manter seu Estado. Segundo ele, poderá ser exército próprio, exército mercenário, exército auxiliar e exército misto. Os exércitos auxiliares e mercenários são inúteis e perigosos, pois não são unidos ao governante, ambiciosos, indisciplinados, infiéis, insolentes, covardes, ateus e não acreditam nos homens. Observa-se que Maquiavel relata uma série de defeitos que são tidos como imorais perante o costume cristão. Ora, se esses exércitos estão carregados desses defeitos, não são dignos de confiança do príncipe. E no momento que seja mais necessário, poderão trair o príncipe para que sua ruína seja por completo, já que não lutam por uma causa, mas pela sua própria sobrevivência e bem-estar.

> Os capitães mercenários ou são grandes militares ou não são nada; se o forem, não te poderás fiar neles, porque aspirarão sempre à própria glória, ou abatendo a ti, que és o seu patrão, ou oprimindo a outrem contra a tua vontade. Se não forem grandes capitães, arruinar-te-ão por isso mesmo. (MAQUIAVEL, 1996, p.78)

O governante deve procurar formar exército próprio, com princípios alicerçados na confiança e defesa de sua pátria. O príncipe deve ser o comandante de seu exército, pois caso nomeie algum comandante e este consiga respeito e vitórias, poderá usurpar o trono. O príncipe estando à frente de seu exército, poderá

comandar e observar as fraquezas, bem como as atitudes positivas de seus comandados. Assim, seus comandados cultuarão respeito pela pessoa e pelo comando do príncipe. Porém, as repúblicas devem mandar para o posto de comandante do exército um de seus cidadãos e, quando este não obtiver êxito, deverá ser logo substituído.

> ...é necessário a um príncipe estabelecer sólidos fundamentos; sem isso, é certa a sua ruína. E as principais bases que os Estados têm, sejam novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas armas. E como não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas convém que existam boas leis,... (MAQUIAVEL, 1996, p.77)

Mas, caso o príncipe, numa batalha, solicite a ajuda de um governante vizinho e este envie suas tropas em socorro, tropas auxiliares (capítulo treze), então o príncipe solicitante estará com um grande problema. Caso perca a batalha, as tropas foram inúteis, mas caso vençam, então se tornará prisioneiro do seu salvador. Nesse caso as tropas auxiliares são mais perigosas e danosas do que as tropas mercenárias, pois a ruína é certa para o principado.

> Com aquelas (tropas auxiliares), a ruína é certa; são unidas e voltadas inteiramente à obediência a outros. Quanto às forças mercenárias, depois da vitória, precisam de mais tempo e de melhor oportunidade de prejudicar-te, pois não constituem um corpo perfeitamente unido e, além disso, foram organizadas e são pagas por ti; nestas, se constituírem chefe a um terceiro, não poderá este ter desde logo tanta autoridade que te possa ofender gravemente. Em resumo, nas tropas mercenárias, o que é perigoso é a covardia; nas auxiliares, o valor. (MAQUIAVEL, 1996, p. 84)

Maquiavel aconselha que a postura do príncipe é que seja prudente e enfrente uma batalha sempre com suas próprias forças, que rejeite sempre as forças auxiliares. É preferível perder a guerra com seus próprios exércitos do que ganhar com o auxílio de outros. Ele ilustra essa ideia citando a batalha de Davi e Golias, onde Davi venceu o gigante usando suas próprias armas, mesmo o rei Saul oferecendo as suas para que Davi pudesse usar.

> Quero ainda recordar uma passagem do Antigo Testamento, referente a este assunto. Oferecendo-se Davi a Saul, para ir combater contra Golias, grande provocador filisteu, Saul, para animá-lo, quis que ele fosse com a armadura real. Davi, logo que a pôs sobre si, repeliu-a, dizendo que não poderia usar bem da sua própria força, pois queria encontrar-se com o inimigo valendo-se apenas da funda e da faca para combatê-lo. Enfim, as armas de outrem ou te caem

> pelas costas, ou pesam sobre ti, ou ainda te sufocam. (MAQUIAVEL, 1996, p. 85)

O que Maquiavel procura retratar é que o príncipe deve cultuar uma moralidade de defesa junto aos seus súditos, pois apenas um exército próprio, composto de súditos ou cidadãos, ou de servos poderá defender sua pátria, porque lutam por um ideal comum ao do príncipe.

> Um príncipe deve, pois, não deixar nunca de se preocupar com a arte da guerra e praticá-la na paz ainda mais mesmo que na guerra, e isto pode ser conseguido por duas formas: pela ação ou apenas pelo pensamento. (MAQUIAVEL, 1996, p. 88)

O príncipe deve, pela ação, manter seus soldados sempre disciplinados e constantemente em exercícios, deve mantê-los em grandes caçadas a fim de que acostumem o corpo aos incômodos naturais da vida em campanha e com isso aprender a natureza das coisas, onde iniciam os montes e onde findam os vales, como se comportam as planícies, conhecendo a natureza dos rios e dos pântanos. Segundo Maquiavel, esse conhecimento é útil ao príncipe em dois aspectos: 1) o príncipe conhecerá melhor seu país e os meios de defesa; 2) conhecendo o seu ambiente natural, ficará fácil para conhecer outros que porventura possam ter que especular.

Quanto à forma do pensamento, o pensador florentino cita o príncipe dos aqueus, Filopêmenes, que indagava a si e ao seus súditos sobre como poderiam fazer se os inimigos tivessem no alto do monte e eles na base, ou como poderiam sair em retirada tanto eles quanto seus inimigos, como poderiam seguir ou serem seguidos. Ou seja, procurava indagar sobre todas as possibilidades possíveis, para que no momento certo de exercê-la já dispor de uma resposta prévia para o problema apresentado. O capítulo quatorze é finalizado com um conselho:

> Um príncipe sábio deve observar estas coisas e nunca ficar ocioso nos tempo de paz; deve, sim, inteligentemente, ir formando cabedal de que se possa valer nas adversidades, para estar sempre preparado a resistir-lhes (MAQUIAVEL, 1996, p. 89).

Maquiavel procura responder às questões surgidas não só com conselhos ou ideias, mas também com exemplos já vivenciados por outros. Bem como, apresenta e argumenta qual a melhor maneira que o príncipe deve agir para se

manter seguro no estado que foi adquirido, assegurado e que precisa ser defendido de invasores, sejam eles estrangeiros ou nativos. A moral empregada nessas atitudes do príncipe, não é a herdada do cristianismo da idade média, ele inaugura uma nova forma de pensar a moralidade pautado na realidade enfrentada no dia-a-dia do principado/estado.

Depois de estar bem assentado no principado/estado é hora de se perguntar: Como se deve manter o poder? Quais atitudes o príncipe deve adotar para se perpetuar no poder? Essas são algumas questões que serão respondidas no próximo tópico, bem como serão elencadas qualidades que o príncipe deverá cultivar para não ser odiado pelos seus súditos.

6 CONSELHOS QUE DEVEM SER OBSERVADOS PELO GOVERNANTE PARA MANTER O PODER

Como se deve manter o poder? Quais atitudes o príncipe deve adotar para se perpetuar no poder? Essas são algumas questões que podem ser respondidas nos capítulos que serão apresentados do livro *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. Primeiramente será relatado sobre as qualidades que o príncipe deve ter ou desenvolver para lhe assegurar o poder no principado. Em seguida, serão analisadas as qualidades que devem ser desenvolvidas pelo príncipe para que não seja odiado pelos súditos. O autor aborda o problema na perspectiva de uma dualidade entre amor e ódio. O que é melhor para o príncipe, ser amado ou ser temido? É louvável ao governante manter a fé e viver com integridade. E para finalizar o tópico, será relatado como se deve evitar ser desprezado e odiado.

O livro *O Príncipe* é considerado um marco na literatura política e um exemplo de realismo político. Maquiavel apresenta, nele, suas opiniões sobre a natureza humana, as relações entre os estados, sugere que a ética e a moral são subservientes às necessidades políticas de um príncipe. Ele defende a ideia de que um líder deve ser astuto e forte, estar disposto a tomar medidas impopulares se for necessário, para garantir a estabilidade e a segurança do Estado. Este realismo é uma abordagem baseada na observação dos fatos da política e do poder, sem se preocupar com conceitos morais ou éticos convencionais.

No capítulo quinze, que trata “das razões por que os homens e, especialmente, os príncipes são louvados ou vituperados”, pode-se observar traços clássicos do realismo voltado para a política e a governança do principado. Ou seja, Maquiavel reconhece, no início do capítulo, que muitos já escreveram sobre quais qualidades o príncipe deve ter para assegurar o poder no principado, no entanto, esses relatos foram idealizados.

Pode-se citar alguns tipos ideais de governantes: para Platão o governante/rei deve ser um filósofo; já para Aristóteles, apenas a monarquia, a aristocracia e a república podem ter governantes que têm o objetivo de cuidar do bem comum, de todos e da cidade; no entanto, na Idade Média, Santo Tomás de Aquino retoma o pensamento político aristotélico e afirma que a monarquia constitucional é a melhor forma de governo e que o Estado deve ser submisso à Igreja, ou seja, reconhece o poder do governante estatal, no entanto esse deve se

submeter aos princípios morais e desígnios divinos/igreja.

Contrapondo esses princípios herdados dos antigos e da Idade Média, Maquiavel alerta sobre a diferença entre como se vive e como se deveria viver. Com isso ele alerta ao governante, quais qualidades devem se desenvolver para se manter no poder, independente destas serem consideradas ruins ou boas, aos olhos dos moralistas. O que importa, para o autor d'*O Príncipe*, é que o governante seja prudente a ponto de saber evitar os defeitos que lhe tirem do principado e pratique as próprias qualidades para lhe assegurar o poder.

O que Maquiavel está tentando dizer é que o príncipe deverá aprender a ser mau para se manter no poder e valer-se disso segundo a necessidade.

> Deixando de parte, pois, as coisas ignoradas relativamente aos príncipes e falando a respeito das que são reais, digo que todos os homens, máxime os príncipes, por estarem mais no alto, se fazem notar através das qualidades, que lhe acarretam reprovação ou louvor. (MAQUIAVEL, 1996, p. 91-92)

Maquiavel diz que se espera de um príncipe que possua, entre todas as qualidades, as que são boas, no entanto a condição humana não consente que um homem possua todas as qualidades boas e muito menos que faça prática das mesmas. Então, é necessário que o príncipe seja prudente a ponto de saber evitar os defeitos que o tirasse do principado e pratique as próprias qualidades para lhe assegurar no poder. Porém, não poderá deixar que as coisas sigam seu curso natural sem que não se preocupe. Ele finaliza o capítulo dizendo que há coisas que parecem virtudes e que, se fossem praticadas, levariam o príncipe à ruína, e outras que parecem vícios, mas sendo seguidas, proporcionam segurança e bem-estar ao governante.

Já no capítulo que fala "da liberdade e da parcimônia", capítulo dezesseis, Maquiavel aconselha o príncipe, apresentando-lhe, de maneira prática, como deve se manter no poder sem que seja odiado pelos seus súditos. Para o pensador florentino, é prudente ao príncipe ter fama de miserável do que a fama de liberal, pois a primeira acarreta uma má fama sem ódio, já a segunda, para atingir, tendo que saquear os cofres públicos, constituirá uma infâmia odiosa. O que pode inferir disso, é que Maquiavel apresenta a realidade política para o comportamento do príncipe frente às atitudes pessoais que o governante deve adotar para não ser odiado pelo seu povo.

Então, o príncipe prudente desprezará o vício de avarento, pois, com o tempo, demonstrará que é liberal, para que o povo veja que a parcimônia do príncipe faz com que a sua receita lhe baste, podendo defender-se de quem lhe move guerra e empreender sem gravar o povo, assim será liberal para todos aqueles de quem nada tira, que são muitos, e miserável para aqueles a quem nada dá, que são poucos.

> Portanto, um príncipe deve gastar pouco para não ser obrigado a roubar seus súditos; para poder defender-se; para não se empobrecer, tornando-se desprezível; para não ser forçado a tornar-se rapace; e pouco cuidado lhe dê a pecha de miserável; pois esse é um dos defeitos que lhe dão a possibilidade de bem reinar. (MAQUIAVEL, 1996, p. 94)

Maquiavel finaliza o capítulo dando um conselho de como o príncipe deve se portar diante de seus súdito, pois segundo o pensador florentino é mais prudente o príncipe ter fama de miserável, o que acarreta má fama sem ódio, do que, para conseguir a fama de liberal, ser obrigado a roubar os cofres públicos, o que constitui uma infâmia odiosa.

No capítulo dezessete, que tem como título “da crueldade e da piedade – se é melhor ser amado ou temido”, observa-se novamente a análise realista das atitudes que o príncipe deve cultivar para se manter no poder. Neste capítulo, Maquiavel faz uma análise da dualidade que os governantes colocam quando estão à frente de um principado. Qual seja: ser amado por todos ou ser temido? Maquiavel apresenta a questão e faz uma descrição precisa de como o príncipe deve se comportar, bem como conclui que o governante deve ser temido por todos, mas deve procurar evitar o ódio de seus súditos.

O pensador florentino ainda alertar que:

> Não deve ser, portanto, crédulo o príncipe, nem precipitado, e não deve amedrontar-se a si próprio, e proceder equilibradamente, com prudência e humanidade, de modo que a confiança demasiada não o torne incauto e a desconfiança excessiva não o faça intolerável. (MAQUIAVEL, 1996, p. 98)

Desse trecho acima, nasce a questão principal deste capítulo: é melhor ser amado do que temido ou é melhor ser temido do que amado? Maquiavel diz que como é difícil reunir essas qualidades, então é mais seguro ser temido do que amado, isso quando se tem que falhar numa das duas. Ele explica porque o temor é

mais benéfico ao príncipe do que amor. Pois, segundo ele,

> os homens são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e, enquanto lhes fizeres bem, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como disse acima, desde que a necessidade esteja longe de ti. (MAQUIAVEL, 1996, p. 98)

Sadek (WEFFORT, 2001) ao analisar o trecho acima diz que “estes atributos negativos compõem a natureza humana e mostram que o conflito e a anarquia são desdobramentos necessários dessas paixões e instintos malévolos”. Então, o príncipe não deve confiar no amor de seus súditos, pois na menor das dificuldades esquecerá todo o bem que recebeu, mas se o príncipe for temido, seus governados irão pensar e repensar suas atitudes nas dificuldades, porque os homens esquecem com facilidade os bens que recebem, no entanto, lembram dos castigos que poderão sofrer caso não obedeçam às leis que seu governante os impõe.

> Deve, portanto, o príncipe fazer-se temer de maneira que, se não se fizer amado, pelo menos evite o ódio, pois é fácil ser ao mesmo tempo temido e não odiado, o que sucederá uma vez que se abstenha de se apoderar dos bens e das mulheres dos seus cidadãos e dos seus súditos, e, mesmo sendo obrigado a derramar o sangue de alguém, poderá fazê-lo quando houver justificativa conveniente e causa manifesta. (MAQUIAVEL, 1996, p. 98)

Ainda acrescenta que o príncipe deve se abster de se aproveitar dos bens dos outros, pois os homens esquecem mais rapidamente da morte do pai do que a usurpação de suas posses. Outra atitude que o príncipe deve cultivar quando está em campanha com um grande número de soldados é a fama de cruel, porque sem ela não conseguirá manter seu exército unido e seguindo suas ordens.

No capítulo seguinte, o dezoito, cujo título é “de que forma os príncipes devem guardar a fé” (fé aqui está no sentido de acreditar na palavra dada), testemunha-se mais um aconselhamento de Maquiavel quanto às atitudes pessoais que o príncipe deve cultivar para alcançar o tão desejado domínio e governança de seu principado. Dessa fez, ele relata com precisão que o governante enfrentará duas formas de combate, sendo uma pela força e outra pela lei. A primeira é própria dos animais, já a segunda é própria dos homens. Com isso, o pensador florentino apresenta um realismo político que o príncipe tem contato todos os dias nos seus afazeres de chefe de estado. Ele alerta que quando o príncipe está em combate não

basta apenas vencer, é necessário saber empregar as duas coisas: a força e a lei. E acrescenta que a lei sem a força e vice-versa gera instabilidade.

> Sendo, portanto, um príncipe obrigado a bem servir-se da natureza da besta, deve dela tirar as qualidades da raposa e do leão, pois este não tem defesa alguma contra os laços, e a raposa, contra os lobos. Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. (MAQUIAVEL, 1996, p. 101)

Alerta que o príncipe que usar apenas da força não será bem-sucedido. O príncipe prudente, para Maquiavel, é aquele que não pode e nem deve guardar a palavra dada quando lhe for prejudicial e quando as coisas determinadas cessarem de existir. Pois, jamais faltará ao príncipe razões para dissimular quebra da fé jurada. O pensador florentino ainda diz que “aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar” (MAQUIAVEL, 1996, p. 102). Então, ele completa o seu pensamento dizendo que:

> Contudo, o príncipe não precisa possuir todas as qualidades acima citadas, bastando que aparente possuí-las. Antes, teria a audácia de afirmar que, possuindo-as e usando-as todas, essas qualidades seriam prejudiciais, ao passo que, aparentando possuí-las, são benéficas. (MAQUIAVEL, 1996, p. 102)

E por último, acrescenta que o príncipe deve aparentar ter as qualidades, do que as ter. Pois, todos vêem o que ele parece, mas poucos o que realmente o príncipe é. Veja, que isso é puro realismo político que Maquiavel apresenta. Pois, antes dele os príncipes eram orientados a buscarem as qualidades éticas e morais pregadas pelo catolicismo. Qualidades estas, que só os santos conseguiam atingir, nunca um chefe de estado que se via numa encruzilhada de se firmar no poder e atender aos preceitos morais cristãs.

O capítulo dezenove “de como se deve evitar o ser desprezado e odiado”, aprecia-se mais um aconselhamento realista de Maquiavel para os governantes. Ele apresenta dois comportamentos que o príncipe deve evitar para não perder seu poder perante seus súditos. Ele diz que uma coisa que o povo odeia num governante é quando usurpa para si os bens do estado. E o que o torna desprezível é quando o governante é considerado instável, insensato, efeminado, medroso, etc. O príncipe, conseguindo evitar essas duas coisas, terá uma reputação que dificilmente terá conspiração contra seu governo.

Maquiavel continua dizendo que o príncipe deve ter receio de razões de ordem interna e externa. As de ordem interna são as conspirações de seus súditos, no entanto, as de ordem externa são a defesa de seu país contra os invasores. Para isso, o príncipe deve procurar cultivar boas armas para seu povo e seu exército e bons aliados. Veja que o pensador florentino traça de forma realista o comportamento que o príncipe deve evitar, bem como as atitudes que o mesmo deve promover para se manter à frente do principado.

> Em suma, direi que, por parte do conspirador, não há senão medo, inveja e a suspeita da punição, que o atormenta; por parte do príncipe existe a majestade do principado, as leis, a defesa dos amigos e do Estado, que o resguardam: tanto que, acrescentando a tudo isso a estima popular, é impossível que exista alguém tão temerário que se abalance a conspirar. (MAQUIAVEL, 1996, p. 106)

Então, o pensador florentino, para concluir seu pensamento sobre as razões de ordem interna que o príncipe deve evitar é que ele pouco deve se importar com as conspirações, se for amado pelo seu povo, no entanto, se for odiado, deve temer a tudo e a todos. Ainda acrescenta que um príncipe deve estimar os grandes, mas não se deve tornar odiado pelo povo.

Tendo em vista o exposto, pode-se observar que os questionamentos apresentados no início deste capítulo foram respondidos, pois ao aconselhar o príncipe/governante de como se deve agir para manter o poder, Maquiavel elencou comportamentos morais que ora devem ser seguidos, ora deve aparentar ser seguidos. Dentre os conselhos citado, pode-se elencar os mais importantes: a) é necessário que o príncipe seja prudente a ponto de saber evitar os defeitos que o tirasse do principado e pratique as próprias qualidades para lhe assegurar no poder; b) é mais prudente o príncipe ter fama de miserável, o que acarreta má fama sem ódio, do que, para conseguir a fama de liberal, ser obrigado a roubar os cofres públicos, o que constitui uma infâmia odiosa; c) é muito mais seguro, ao príncipe, ser temido do que amado, isso quando se tem que falhar numa das duas; d) o príncipe deve se abster de se aproveitar dos bens dos outros, pois os homens esquecem mais rapidamente da morte do pai do que a usurpação de suas posses; e) o príncipe deve cultivar, quando está em campanha com um grande número de soldados, a fama de cruel, porque sem ela não conseguirá manter seu exército unido e seguindo suas ordens; f) o príncipe deve evitar se importar com as conspirações, se for amado

pelo seu povo, no entanto, se for odiado, deve temer a tudo e a todos.

No entanto, para se manter o poder de um principado/estado em suas mãos é necessário que se possa confiar nas pessoas que estão ao seu redor, ou seja, os ministros que irão lhe assessorar nas diversas pastas/ministérios que comporão o poder. Então, como escolher bem as pessoas/ministros que irão trabalhar no governo? Essa indagação será respondida no capítulo seguinte, que discorrerá sobre a escolha dos ministros.

7 DISPOSIÇÃO PARA ESCOLHA DOS MINISTROS

Quais súditos devem estar ao lado do príncipe para assessorar na governança do principado? Escolher pessoas para ajudar a gerir o estado é matéria de investigação dos capítulos vinte a vinte e três. Primeiramente, será descrito o que os príncipes fizeram ou podem fazer de útil para se manter seguramente à frente do poder estatal. Em seguida, relata-se o que um príncipe deve fazer para ser estimado pelos seus súditos e será apresentado um método para o príncipe escolher seus ministros. Por último, um conselho acerca de como os príncipes devem evitar os aduladores, que são considerados, para o pensador florentino, uma peste para o chefe e seu governo.

No capítulo vinte, que trata sobre “se as fortalezas e muitas outras coisas que dia a dia são feitas pelo príncipe são úteis ou não”, busca-se apresentar como o príncipe deve fortalecer seu poder para permanecer seguramente à frente do poder estatal. Então, o primeiro conselho que profere é que o príncipe deve armar seus súditos.

> Desarmando-os, principias por ofendê-los, mostrando que duvidas deles, seja porque és covarde, seja porque não confias neles. Qualquer destas opiniões criará ódio contra ti. (MAQUIAVEL, 1996, p. 116)

O objetivo do pensador florentino é apresentar ao príncipe/governante quais ações, atitudes e comportamentos morais devem ser seguidos para não ser odiado pelos súditos/povo. Um povo armado, temente e fiel ao príncipe defenderá as terras e o principado, no entanto, caso o príncipe/governante desperte ódio, perderá o comando.

O segundo conselho é que nunca um príncipe deve contratar milícias para proteger seu principado, pois não estará seguro nem internamente e nem externamente. Porque as milícias não são fiéis ao príncipe/governante, mas aos seus próprios interesses. A moral cultuada por milicianos é a que sempre deve se dar bem, ou seja, deve-se buscar sempre tirar vantagens de tudo e de todos, com isso não podem apegar-se a princípios ou a pessoas, mas somente a seus próprios interesses. Sendo assim, o príncipe deve evitar contratar milicianos para defender seu principado.

Maquiavel ainda dá um terceiro conselho ao príncipe que é nunca fazer divisões dentro de um principado poderoso, pois elas só são proveitosas em tempos de paz, porque facilita a governabilidade dos súditos. E para os príncipes serem grandes é necessário superar as dificuldades e a oposição que movem contra ele. Então, quando não se tem inimigos é necessário suscitar alguns para guerrear a fim de que tenha a oportunidade de vencê-los para que o príncipe possa subir na aceitação popular.

> Muitos julgam, por isso, que um príncipe sábio, quando tiver ocasião, deve fomentar com astúcia certas inimizades contra ele mesmo, a fim de que pela vitória sobre os inimigos mais se possa engrandecer. (MAQUIAVEL, 1996, p. 117)

Suscitar inimigos é uma forma de observar as fraquezas de sua governabilidade, bem como procurar corrigir os erros, dessa forma é algo de que se pode tirar proveito próprio para se aparentar maior. Esse tipo de atitude moral que Maquiavel aconselha ao príncipe é para analisar a realidade que o rodeia, assim como para construir uma realidade substancial a favor do príncipe.

Por último, o quarto conselho diz que os homens que foram hostis em sua conquista ao principado e que careçam de apoio do príncipe, será fácil conquistá-los, no entanto os que o apoiaram na sua conquista, o governante deve ficar atento a esses, pois poderão negligenciar os interesses do soberano:

> … ver-se-á que ao príncipe é muito mais fácil conquistar a amizade daqueles homens que estavam contentes com o regime antigo, sendo, portanto, seus inimigos, do que a daqueles que, por descontentes, fizeram-se seus amigos e aliados, ajudando-o na conquista do Estado. (MAQUIAVEL, 1996, p. 118)

Pode-se observar que Maquiavel é bem realista em seus relatos e conselhos para que o príncipe permaneça no poder. Ele não só apresenta o princípio que o governante deve seguir, como também argumenta sobre a validade desse princípio. E segue dizendo como o governante deve edificar fortalezas que frearão os ataques externos. Embora as fortalezas possam ser uma lâmina de dois gumes, pois por um lado poderá barrar os ataques externos e, por outro, poderá ser uma prisão, caso não tenha um refúgio seguro em momento de ataque inesperado.

> … o príncipe que tiver mais medo do seu povo do que dos

> estrangeiros deve construir fortificações, mas aquele que tiver mais temor dos estranhos do que do povo não deve preocupar-se com isso. (MAQUIAVEL, 1996, p. 118)

Por isso ele aconselha o príncipe a não ser odiado pelo povo, pois mesmo que tenha fortificações, sendo odiado, o povo não poderá salvar seu governante. Com isso, Maquiavel, apresenta uma moral realista, traçando atitudes que devem ser seguidas no dia-a-dia da governabilidade do principado para que o poder permaneça nas mãos do príncipe.

Já, no capítulo vinte e um, cujo título é “o que a um príncipe convém realizar para ser estimado”, Maquiavel traça um caminho real para que o príncipe consiga realizar atividades e tomar decisões de forma prática para bem gerir o principado.

> É ainda muito conveniente a um príncipe dar raros exemplos quanto ao seu governo; quando alguém tenha realizado qualquer coisa de extraordinário, de bem ou de mal na vida civil, para premiá-lo ou punilo o príncipe deve agir de modo tal que dê margem a largos comentários. E, sobretudo, deve um príncipe trabalhar no sentido de, em cada ação, conquistar fama de grande homem. (MAQUIAVEL, 1996, p. 122)

Primeiramente ele relata como o príncipe deve fazer para ser estimado pelos seus súditos. Ele diz que, para isso, o governante deve fazer grandes empreendimentos. Para ilustrar sua afirmação, cita os feitos do rei da Espanha Fernando de Aragão, que mesmo sendo considerado um rei fraco, se tornou, pela fama e pela glória, o primeiro rei cristão e sempre procurou empreender altíssimos e extraordinários feitos.

Sobre como o príncipe deve se relacionar com as demais pessoas, diz Maquiavel, que o governante deve proceder com verdadeira amizade ou verdadeira inimizade, nunca no meio termo, pois ao se colocar neutro, torna-se perigoso para seu principado quando os vizinhos poderosos empreenderem uma guerra. Porque o vencedor poderá avançar para conquistar seu principado e, por consequência de sua neutralidade, o perdedor não o ajudará em tempos difíceis, já que não tomou partido.

> Quem vence não quer amigos suspeitos e que não ajudem nas adversidades; quem perde não te aceitará porque não quiseste, de armas na mão, correr a mesma sorte. (MAQUIAVEL, 1996, p. 122)

Então, Maquiavel alerta aos príncipes que numa guerra o lado que não é amigo do príncipe pedirá que sejas neutro, já o que é amigo do príncipe pedirá que tomes armas abertamente. No entanto, se o príncipe seguir pela terceira via, a neutralidade, correrá sérios riscos de ser mal sucedido em sua escolha.

> Mas quando corajosamente tomas partido franco por um dos contendores, se aquele com quem te ligaste vencer, ainda que seja poderoso e que fiques à sua mercê, terá ele obrigações para contigo e é compelido a ter amizade por ti; e os homens não são nunca tão maus que queiram oprimir a quem devem ser gratos. (MAQUIAVEL, 1996, p. 123)

No entanto, diz Maquiavel, se o príncipe ajuda o lado mais fraco que perde a batalha, poderá ser socorrido por ele quando precisar. Ficam os dois principados ligados por uma fortuna que pode ressurgir. E Maquiavel continua alertando que um príncipe deve ter cuidado de não fazer aliança com quem seja mais poderoso, pois vencendo ficará prisioneiro do aliado. E os príncipes devem evitar ficar à mercê de outrem. No entanto, quando não for possível ao príncipe deixar de fazer aliança, então deve aderir, pelas razões acima.

> Não pense nunca nenhum governo poder tomar decisões absolutamente certas; pense antes de ter que tomá-las sempre incertas, pois isto está na ordem das coisas, que nunca deixa, quando se procura evitar algum inconveniente, de incorrer em outro. A prudência está justamente em saber conhecer a natureza dos inconvenientes e adotar o menos prejudicial como sendo bom. (MAQUIAVEL, 1996, p. 123)

É notório observar que os conselhos que Maquiavel profere em seu escrito político são de grande realismo, pois não só ele apresenta uma solução desmembrada do idealismo moralista do período anterior, como também, apresenta exemplos de governantes que tomaram as decisões, embasando com relato histórico já vivenciado e experienciado qual melhor decisão o príncipe deve tomar num momento que se encontrar diante de um fato já conhecido.

Maquiavel traça, no capítulo vinte e dois, “dos ministros dos príncipes”, um perfil de como o príncipe deve escolher seus ministros de estado, que são as pessoas às quais o príncipe delega as decisões tomadas nas diversas áreas do governo, bem como, são os primeiros conselheiros que o príncipe procura ouvir em momentos de dificuldades.

> E como há três espécies de cabeças - uma, que entende as coisas

> por si mesma, outra que sabe discernir o que os outros entendem, e, finalmente, uma que não entende nem por si nem sabe ajuizar do trabalho dos outros (a primeira é excelente, a segunda muito boa e a terceira inútil) - … (MAQUIAVEL, 1996, p. 125)

Para o pensador florentino, a nomeação de um ministro deve ser feita observando as atitudes do mesmo, bem como se a pessoa indicada ao cargo de ministro é digna de confiança do príncipe. Pois, se o ministro pensar mais em si próprio do que no príncipe, e se o ministro procura tirar proveito pessoal em todas as suas ações, então o príncipe deve concluir que este cidadão não merece o cargo de ministro, porque não poderá confiar nele.O ministro de estado nunca deve pensar em si próprio, todas as decisões e ações devem estar voltadas para o bem do governante.

Outra coisa que o príncipe deve observar e valorizar é a ação dos bons ministros, que devem ser reconhecidos, remunerados e premiados por tais atitudes. Mas, deve-se proceder com prudência, de modo que as muitas honrarias não lhes façam desejarem mais, e as muitas riquezas não lhes façam desejarem maiores riquezas. Se o príncipe assim agir com seus ministros, haverá confiança mútua. Maquiavel apresenta um problema político que os governantes enfrentam, no entanto, traça métodos práticos e realistas para o governante seguir e solucionar o problema.

O capítulo vinte e três, que tem como título “de como se deve evitar os aduladores”, Maquiavel trata de um assunto muito delicado ao príncipe, que é como o governante deve se portar frente aos aduladores. Para o autor de *O Príncipe*, esse tipo de gente é uma peste, pois para o governante se livrar desse tipo de súdito, só consegue com muita dificuldade. Maquiavel diz que um príncipe prudente deve escolher homens sábios e somente a estes deve dar o direito de falar-lhe a verdade a respeito das coisas do principado, porém isso só deve ser feito quando o príncipe perguntar.

> Deve consultá-los a respeito de tudo e ouvir-lhes a opinião e deliberar depois como bem entender e com conselhos daqueles, conduzir-se de tal modo que eles percebam que com quanto mais liberdade falarem, mais facilmente as suas opiniões serão seguidas. (MAQUIAVEL, 1996, p. 127)

O autor florentino faz um alerta ao príncipe, que, caso ele proceda de outra forma, poderá ser precipitado pelos aduladores ou irá variar muitas vezes de

opinião, podendo originar falta de confiança pelos seus súditos.

> Um príncipe deve, portanto, aconselhar-se sempre, mas quando ele entender e não quando os outros quiserem; antes, deve tirar a vontade a todos de aconselhar alguma coisa sem que ele solicite. (MAQUIAVEL, 1996, p. 128)

O que Maquiavel aconselha ao príncipe é que ele deve perguntar muito e ouvir pacientemente a verdade acerca das coisas perguntadas. Mesmo que quem esteja lhe falando esteja faltando com a verdade, o príncipe não deve mostrar desprezo. Pois, os príncipes tidos como prudentes, alcançaram a prudência ouvindo os bons conselhos dos que estão ao seu redor. Então, pode-se concluir que os bons conselhos, de onde quer que provenham, nascem da prudência do príncipe e não da prudência do príncipe os bons conselhos.

Maquiavel foi polêmico e realista, secularizando os ensinos políticos e sociais do seu tempo, sendo que os seus trabalhos não se limitaram aos tempos em que ele viveu, mas ainda falam a diversos personagens da política e da sociedade contemporânea.

No próximo capítulo será discorrido sobre o último tema debatido por Maquiavel no livro *O Príncipe*, que diz respeito à fortuna. Ele a apresenta como oportunidade que deve ser aproveitada pelo príncipe, seja a oportunidade revelada por Deus, pelo acaso ou criada pelo próprio homem ao se planejar e executar suas ações rumo a um objetivo determinado.

8 FORTUNA, ACASO, DEUS OU LIVRE ARBÍTRIO?

Em *O Príncipe*, Nicolau Maquiavel argumenta que a fortuna é um fator importante na política e na vida dos governantes. Ele acredita que a fortuna é imprevisível e caprichosa e pode afetar a situação de um príncipe de maneiras positivas ou negativas. Por isso, ele aconselha os líderes a se prepararem para as mudanças da fortuna, desenvolvendo habilidades militares e políticas, estabelecendo alianças e mantendo o apoio do povo. Além disso, ele defende que um príncipe deve ser astuto e esperto para lidar com a fortuna, e ser capaz de aproveitar as oportunidades e superar as adversidades que possam surgir. De acordo com o pensador florentino, a fortuna é um elemento importante, mas não é o único fator que determina o sucesso ou o fracasso de um governante. O príncipe também precisa ter qualidades como virtude, habilidade e coragem para se manter no poder e garantir a estabilidade do Estado.

Para discorrer sobre a fortuna, Maquiavel reservou os últimos capítulos do livro *O Príncipe* (capítulos 24 a 25). Conforme Vatter:

> A seção final de O Príncipe contém o capítulo mais filosófico do texto inteiro (o cap. 25 dedicado ao acaso) e o mais enigmático (o cap. 26, dedicado à providência). Maquiavel enuncia o problema central desta seção no capítulo 26. (VATTER, 2017, p. 145)

No capítulo vinte e quatro, “Por que os Príncipes de Itália perderam seus Estados”, Maquiavel inicia chamando atenção para a vigília que o povo dedica a um príncipe novo, que costuma ser bem maior relativamente a um príncipe hereditário.

> Um príncipe recente é muito mais vigiado em suas ações do que um hereditário, e quando essas ações revelam virtude, atraem muito mais aos homens e os obrigam muito mais do que a antiguidade do sangue. (MAQUIAVEL, 1996, p. 129)

O que Maquiavel alerta, na citação acima, é que ao ser novidade em suas ações, o príncipe novo é vigiado de perto, para que possam ser conhecidas suas ações e virtudes. E se ele procurar desenvolver boas ações que agradem a seus súditos no presente, estes “alegram-se e nada mais procuram” (MAQUIAVEL, 1996,

p. 129). Então, o príncipe novo terá, dessa forma, *a* “dupla glória de ter fundado um principado novo e de o ter ornado e fortalecido com boas leis, boas armas e bons exemplos” (MAQUIAVEL, 1996, p. 129).

Maquiavel continua o capítulo relatando sobre os defeitos dos governantes que perderam seus Estados, citando como exemplo: “o rei de Nápoles, duque de Milão e outros” (MAQUIAVEL, 1996, p. 129). Segundo o autor de O Príncipe, estes governantes têm defeitos comuns: a) as armas; b) foram hostilizados pelo povo; c) não souberam neutralizar os grandes. Para Maquiavel um governante (príncipe) deve investir em armas, tanto para seus exércitos quanto para seu povo, pois na falta daqueles, estes poderão agir para defender suas terras. Quanto ao segundo defeito, um príncipe hostilizado em seu reino, ou seja, tratado de maneira grosseira por seus súditos ou tendo opositores fortes dentro do seu principado, irá sucumbir, pois será atacado tanto externamente quanto internamente, vindo a ser deposto. Por isso ele chama a atenção para o terceiro defeito que é “neutralizar os grandes” (MAQUIAVEL, 1996, p. 129). Quando o príncipe neutraliza as grandes ameaças de fora e de dentro do seu principado, principalmente os grandes inimigos, conseguirá sempre a governança, caso contrário sucumbirá.

Para exemplificar como evitar os defeitos acima relacionados, Maquiavel lembra de Felipe da Macedônia, que por muitos anos travou várias lutas contra os romanos, e mesmo estes sendo superiores aos domínios territoriais daquele (de Felipe), só conseguiram conquistar-lhes algumas cidades. E Felipe da Macedônia, por ter um bom exército e apoio de seu povo, conseguiu manter seu reino.

Finaliza o capítulo, aconselhando os príncipes que perderam seus principados no sentido de que façam uma autocrítica:

> Assim, esses nossos príncipes que possuíram, por muitos anos seus principados, para depois perdê-los, não acusem a sorte, mas sim a própria ignávia. (MAQUIAVEL, 1996, p. 130)

Com isso, Maquiavel relata que para esses príncipes, ao serem indolentes, por falta de coragem de lutar pelo seu povo e seu principado e por não ter nunca nas boas épocas pensado que os tempos poderiam mudar, perderam seus governos e reclamavam da sorte.

No capítulo seguinte, “De quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de

que modo se deve resistir-lhe", Maquiavel dedica-o ao acaso. Com isso ele mostrará, em seu texto, que os governantes, ou mesmo as pessoas comuns, serão guiados por Deus ou pela fortuna. O que o autor de *O Príncipe* procura afirmar neste capítulo, é que devemos "deixar-se governar pela sorte" (MAQUIAVEL, 1996, p. 131).

Para Maquiavel (1996, p. 131) "a fortuna (é) árbitra de metade de nossas ações, mas que ainda assim, ela nos deixe governar a outra metade". Ou seja, ele acredita que temos livre-arbítrio, no entanto, somente em parte, pois as ações humanas são guiadas por essas forças extra-humanas (Deus e/ou fortuna).

Segue o texto comparando a fortuna a um rio numa enchente, que transborda seu leito, alagando as margens, planícies e passa destruindo e arrastando tudo que está à sua frente. E, as pessoas que moram às margens do rio, correm para se defender da sua fúria. Depois, aguarda-se a calmaria do curso natural do rio para verificar os estragos, fazer os reparos necessários, construir diques de contenção para as próximas cheias.

> Do mesmo modo acontece com a fortuna, o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-la. (MAQUIAVEL, 1996, p. 132)

O que Maquiavel quer apresentar com esses argumentos, segundo Vatter, é que:

> Em termos práticos, essas crenças na supremacia de Deus e do acaso sobre os negócios humanos excluíam a "ciência" como um guia para adquirir e manter um Estado; o poder e a glória são concedidos por Deus ou pelo acaso e ambas essas forças podem torná-los quando quiserem. (VATTER, 2017, p. 145)

O que se pode inferir da passagem acima é, antes de tudo, um questionamento: perguntar se as ações humanas estão mesmo inteiramente atreladas à sorte de Deus e do acaso, ou então, se o próprio homem não pode fazer sua fortuna?

Para responder a esses dois questionamentos, temos que analisá-los de forma positiva e negativa. Ou seja, caso a resposta à primeira pergunta seja

afirmativa, que as ações humanas estão a mercê do acaso e de Deus, então não se pode fazer nada sem a permissão Dele, ou melhor, o sucesso e o fracasso não dependem do que é feito ou deixado de fazer, mas da providência divina. Com isso, basta esperar e aguardar a ação extra-humana ou fazendo referência à Roda da Fortuna, aguardar que ela gire, para o que está no declínio possa subir, propiciando sorte.

No entanto, caso a resposta seja negativa, ou seja, que não se esteja entregue à sorte divina e ao acaso, então basta que o príncipe saia da sua "ignávia" para vencer os desafios. Nesse caso, o sucesso ou o fracasso dependerá exclusivamente das suas ações.

> Invocar a inescrutabilidade da vontade de Deus ou o poder mítico de fortuna para desculpar nossos fracassos é um sintoma de preguiça intelectual e prática; os seres humanos "dão" à fortuna seu poder através de sua falta de virtú. (VATTER, 2017, p. 146)

O que Maquiavel procura deixar claro é que a moralidade cristã formava os seres humanos preguiçosos, por esperar a ação da providência divina. Dessa forma, esperava-se que o sucesso fosse devido às bênçãos divinas para as boas ações de acordo com os preceitos cristãos, e o fracasso é uma penitência por não seguir os ensinamentos cristãos.

No entanto, Vatter afirma que:

> Apesar de não acreditar em nada do que a Igreja ensina sobre o calendário da salvação humana, Maquiavel ainda não está disposto a abandonar a ideia de uma providência especial. (VATTER, 2017, p. 147)

Maquiavel não coloca o ser humano no centro do universo, totalmente, mas procura apresentar que a boa vontade de Deus ou do acaso deve ser utilizada em benefício próprio. Ou seja, é preciso aproveitar as janelas de oportunidades que são ofertadas ou criadas para se obter sucesso, caso contrário está fadado ao fracasso.

Para Maquiavel, o conceito de sorte, é complexo e envolve uma visão pragmática da relação entre as ações humanas e as forças externas que influenciam o destino. Ele usa a metáfora da sorte ao longo do livro para descrever a

imprevisibilidade e a influência das circunstâncias externas sobre os eventos políticos e pessoais.

Maquiavel descreve a sorte como algo que é imprevisível e que pode mudar rapidamente. Ela pode favorecer ou prejudicar uma pessoa ou um príncipe sem aviso prévio. Isso cria uma sensação de incerteza e instabilidade na política e na vida em geral. Embora reconheça a influência da sorte, ele também enfatiza que os seres humanos têm a capacidade de agir com coragem e determinação para enfrentar as circunstâncias adversas. Ele compara a sorte a uma mulher que favorece os jovens e audaciosos, sugerindo que aqueles que não hesitam em enfrentá-la têm mais chances de obter sucesso.

Maquiavel aconselha os príncipes a estarem preparados para resistir à sorte adversa. Isso envolve a construção de "diques" para conter a "fúria" da fortuna, ou seja, tomar medidas proativas para enfrentar desafios e crises. A sorte pode ser resistida por meio da preparação e da ação. Embora Maquiavel não descarte completamente a ideia de uma vontade divina ou providência, ele sugere que os seres humanos não devem simplesmente depender dela. Em vez disso, eles devem agir com base em suas próprias capacidades e virtudes, aproveitando as oportunidades que se apresentam.

Para Maquiavel, a sorte representa a imprevisibilidade e a influência das circunstâncias externas sobre os acontecimentos. Embora reconheça a importância da sorte, ele também enfatiza a necessidade de ação humana corajosa e preparação para enfrentar os desafios. Sua abordagem é pragmática e destaca a importância de uma atitude ativa em relação à fortuna, ao invés de uma dependência passiva dela.

No último capítulo do livro *O Príncipe*, Maquiavel se dedica a fazer uma análise de como seria a “Exortação ao príncipe para livrar a Itália das mãos dos bárbaros”. Com essa análise, ele:

> ... coloca efetivamente aos pés de Médici a quem a obra foi dedicada a tarefa que o Papa Júlio II, conhecido por sua audácia, tentou realizar e fracassou. O príncipe civil deve fazer aquilo que a Igreja Católica nunca quis, a saber, unificar a Itália e torná-la inconquistável por exércitos estrangeiros. (VATTER, 2017, p. 160)

Maquiavel propõe que o novo príncipe elabore e execute um projeto

protonacionalista para unificar a Itália, dividida e dilacerada por exércitos bárbaros, e ao mesmo tempo acabe com o poder temporal da Igreja. Para ele, esse é o momento propício e valoroso para um filho da terra, um príncipe italiano, coloque um fim, de uma vez por todas, às invasões e ao poder temporal do Papa:

> ... querendo-se conhecer o valor de um príncipe italiano, seria necessário que a Itália chegasse ao ponto em que se encontra agora. Que estivesse mais escravizada do que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida que os atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida, e que houvesse, enfim, suportado toda sorte de calamidade. (MAQUIAVEL, 1996, p. 135)

Para o pensador florentino, essa é a oportunidade perfeita para um príncipe italiano poder unificar a Itália, expulsar os bárbaros, colocar um fim ao poder temporal da Igreja Católica e ser recebido e reverenciado por todos os italianos, seja qual for a cidade a que pertença.

Segundo Maquiavel, a Itália:

> Vê-se que ela roga a Deus envie alguém que a redima dessas crueldades e insolências dos estrangeiros. Vê-se, ainda, que se acha pronta e disposta a seguir uma bandeira, uma vez que haja quem a levante. (MAQUIAVEL, 1996, p. 136)

Continua o texto dizendo a Médici que ele é esse príncipe italiano que todos procuram, pois ele tem fortuna e valor, é favorecido por Deus e pela Igreja e poderá constituir-se a cabeça desta redenção. E caso ele aceite a missão, poderá observar que Deus o abençoará, pois:

> E se bem que aqueles homens tenham sido raros e maravilhosos, foram, todavia, homens, e as ocasiões que tiveram – todos eles – foram menos favoráveis do que a presente: porque os seus empreendimentos não foram mais úteis do que estes nem mais fáceis, nem Deus foi mais amigo deles do que vosso. (MAQUIAVEL, 1996, p. 136)

Aqui, Maquiavel apresenta ao novo príncipe italiano, que ele pode se aventurar na nova missão, pois se até os bárbaros tinham vencido pela força e pelas ocasiões, ele (Médici) poderia conduzir a Itália a uma vitória, contava com um

momento propício para empreender a seu favor.

> Deus não quer fazer tudo, para não nos tolher o livre-arbítrio e parte da glória que nos cabe. (MAQUIAVEL, 1996, p. 136)

Para Maquiavel, Deus apresenta o momento propício ao novo príncipe para agir e com isso, dar o livre-arbítrio, a este, para aproveitar a janela de oportunidade para vencer seus inimigos e compartilhar a glória da vitória, caso contrário desfrutará do fracasso.

Para Vatter:

> ... o capítulo 26 oferece uma das primeiras tentativas de sintetizar o modelo da República Hebraica com o modelo da República Romana; ele é um experimento no pensamento político que se mostrará absolutamente decisivo para o desenvolvimento do pensamento político democrático moderno. (VATTER, 2017, p. 165)

Segundo Vatter, Maquiavel propõe uma democracia, pois o comando de Deus sobre o povo/exército só será realizado numa forma de poder que emana do povo e de uma república, que nenhum rei humano comanda o povo. Ou seja, é uma conjunção da teocracia com a democracia na República Hebraica.

A referência ao comando de Deus sobre o povo/exército não é uma ideia central em Maquiavel. Pelo contrário, ele enfatiza o papel do governante e de sua habilidade política na governança de um Estado. Em suas obras, Maquiavel apresenta uma visão realista e pragmática da política, focando nas ações humanas e nos interesses dos governantes e das nações.

Sobre a alegação de uma conjunção de teocracia com democracia na República Hebraica, é importante notar que a República Hebraica, mencionada na Bíblia, é conhecida por seu sistema de liderança baseado em líderes religiosos e juízes, em vez de reis. A autoridade religiosa e política muitas vezes se fundia nesse sistema, mas não pode ser considerada uma forma democrática moderna, já que o poder não era exercido pelo povo em geral, mas por líderes religiosos e figuras de destaque na comunidade.

Observa-se então que a interpretação mencionada por Vatter sobre Maquiavel propondo uma democracia e relacionando-a à República Hebraica pode ser uma interpretação alternativa pouco comum. Maquiavel é mais conhecido por

suas ideias sobre a natureza do poder político e governança, e sua abordagem geral não é associada à democracia moderna, apesar de muitos ensinamentos da obra “O Príncipe” ser usado, atualmente, nos governos democráticos.

Para finalizar o capítulo, Maquiavel insiste em afirmar que essa é a ocasião propícia para a Itália encontrar um redentor:

> Não se deve, portanto, deixar passar esta ocasião a fim de fazer com que a Itália depende tanto tempo, encontre um redentor. (MAQUIAVEL, 1996, p. 138)

Com esse parágrafo final, Maquiavel praticamente implora para que o príncipe tome coragem e aproveite a oportunidade apresentada, pois segundo ele, citando Petrarca, “A virtude tomará armas contra o furor e será breve o combate, pois o antigo valor ainda não está morto nos corações italianos”. E este governante será vitorioso, lembrado e venerado por gerações em todas as cidades italianas.

A respeito da fortuna, Maquiavel apresenta-a como oportunidade que deve ser aproveitada pelo príncipe, seja a oportunidade revelada por Deus, pelo acaso ou criada pelo próprio homem ao se planejar e executar suas ações rumo a um objetivo determinado.

Ao mesmo tempo que propôs colocar o homem no centro de suas ações, dizendo que deve sair da “ignávia” em que a Igreja colocou o ser humano, tendo que esperar sempre a ação da providência divina, do acaso ou mesmo do tear da Roda da Fortuna, ficou receoso de que o ser humano se desprendesse totalmente de suas crenças. Frente a isso, Maquiavel define fortuna como algo que é doado por Deus e conquistado pelo príncipe, ou seja, metade das ações provém de Deus e a outra metade das atitudes do príncipe; assim, o ser humano não é marionete nas mãos de Deus, perdendo seu livre arbítrio, mas também não é o centro do universo.

O que Maquiavel propõe é que o príncipe de fortuna é aquele que consegue visualizar as oportunidades apresentadas pela Igreja, pelo acaso, a fortuna e luta com planejamento, organização, determinação e prudência para conquistar seus objetivos.

9 SERVIR À MORAL OU AOS INTERESSES DO ESTADO?

Na filosofia política de Nicolau Maquiavel, a moral é vista como subserviente aos interesses políticos do Estado. Maquiavel acredita que o bem-estar do Estado deve ser a prioridade máxima, e que o líder deve fazer qualquer coisa para preservar o poder e a estabilidade, incluindo a utilização da astúcia, da dissimulação e da violência. Em sua obra *O Príncipe*, ele argumenta que a virtude é relativa e que o sucesso político é a medida mais importante da moralidade.

No entanto, isso não significa que Maquiavel fosse um amante da crueldade e da amoralidade. Ao contrário, ele acreditava que um líder deve ser virtuoso e justo, a fim de inspirar o respeito e a lealdade de seus súditos. Além disso, defende que a virtude é importante para manter a estabilidade e a ordem, e que um líder deve seguir os princípios éticos quando isso é possível, sem prejudicar os interesses do Estado. Para Maquiavel, a moral é importante, mas é subserviente aos interesses políticos do Estado. O sucesso político é a medida mais importante da moralidade, e um líder deve ser virtuoso, justo e astuto, a fim de preservar o poder e a estabilidade.

Na primeira parte do livro *O Príncipe*, dedicada a analisar como são formados os principados, como adquiri-los e mantê-los, o autor ao tratar sobre a moralidade impregnada nessa ação, profere conselhos aos príncipes, quando diz que para o herdeiro do trono ter sucesso, basta que repita e relembre os feitos do passado:

> Digo, assim, que nesta espécie de Estados afeiçoados à família de seu príncipe, são muito menores as dificuldades de mantê-los, pois basta somente que não seja abandonada a praxe dos antecessores, e depois se contemporize com as situações particulares, de modo que, se tal príncipe é de engenho ordinário, sempre se manterá no seu Estado, se não houver uma força extraordinária e excessiva que o prive deste. (MAQUIAVEL, 1996, p. 35)

Como se pode constatar, o pensador florentino aconselha ao novo governante que subirá ao trono, recebendo-o de seu pai, como herança, que permaneça com a mesma conduta já experimentada pelo antecessor, que as inovações, caso precise fazer, sejam apenas de forma superficial, para que não mude o costume e o respeito de seus súditos. Dar continuidade a um governo que já

tenha uma estabilidade, segundo Maquiavel, é fácil, a não ser que ocorra algo de extraordinário.

Hoje, pode-se presenciar essa ação de ocupação de governo hereditário, com a morte da Rainha Elizabeth II do Reino Unido. O seu filho mais velho Charles Philip Arthur George, agora Rei Charles III do Reino Unido, terá como desafio dar continuidade ao legado da mãe, como informa Igor Lucena em entrevista à CNN Brasil, realizada por Serrano (2022):

> Do ponto de vista político, a rainha sempre foi muito independente, sem se intrometer em temas políticos e que buscou manter a unidade do Reino Unido, quando houve movimentos separatistas da Escócia. Para os britânicos, é importante que Charles mantenha a mesma linha de sua antecessora, não tomar lados tem sido um mote para a Inglaterra. Em momentos de crise, a rainha foi um farol de esperança para as pessoas e isso é esperado de seu filho também. (SERRANO, 2022)

Observar-se que não só o conselho de Maquiavel ao novo governante que herda um trono tem veracidade, como é referendado pelos súditos, conforme relatado acima, pois o legado deixado pela Rainha Elizabeth II transcende aos limites territoriais de seu reinado, a sua popularidade e equilíbrio político ao governar nos tempos de crise e bonança, são elogiados pela maioria expressiva de seus súditos, da imprensa e governos estrangeiros. Com isso, eleva a responsabilidade do rei atual em procurar perdurar esse equilíbrio político tendo como exemplo os feitos da mãe.

Seguir os exemplos de governantes passados é o que Maquiavel afirma no capítulo seis, quando diz que os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Ou seja, a prudência do governante está em escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los. Então, o Rei Charles III tem um arcabouço de memórias documentadas da mãe, com seus 70 anos de reinado, sendo que durante estes sete séculos o atual rei estava no colo ou ao lado da mãe, podendo sempre relembrar as decisões que a matriarca proferiu e caso não se lembre, pode consultar os arquivos reais com facilidade, já que é uma rainha da era pós-moderna.

Depois da aquisição do Estado, o que fazer para continuar com esse principado? Ele responde parcialmente essa indagação no capítulo seis, aconselhando ao novo príncipe que recebe o principado de herança que siga os

exemplos do seu antecessor. No entanto, no capítulo seguinte, o sétimo, Maquiavel relata principados adquiridos pela fortuna, que são fáceis de ser adquiridos, em contrapartida difíceis de serem mantidos. Como diz o adágio popular “quem ganha fácil, perde fácil”. Aqui pode-se observar que Maquiavel afirma que o Duque Valentino procurou firmar as bases do seu principado, no entanto os reveses da sorte o tiraram do principado. Porque para Maquiavel, além do governante/príncipe ter ações capazes de modificar ou conservar a realidade a seu favor, o ser humano não está totalmente no comando, como afirma nos últimos capítulo do livro *O Príncipe*, metade do nosso sucesso depende das nossas ações e a outra metade à sorte. Foi o que o Duque experienciou ao pôr em prática diversas ações, porém a sorte lhe pregou uma peça ao final.

Outro questionamento que está impregnado nessa segunda parte do livro é se é possível chegar a um principado vindo das classes menos favorecidas. Maquiavel responde a este questionamento relatando a trajetória de Agátocles Siciliano, Rei de Siracusa. O que se infere da ação desse governante é que ele galgou o posto de governante de Siracusa pelas vias do crime. Nesse caso, pode-se dizer que todos os crimes realizados por Agátocles foram para se manter vivo, subir ao principado, para manter o poder em suas mãos e continuar sua vida de crime, sem nenhum pudor. Então, conclui-se que esse governante não dependeu de uma fortuna (dinheiro) de alguém, mas procurou com suas ações fazer seu próprio destino através de suas ações e liderança.

Outra forma de se alcançar o poder, relatada por Maquiavel, é pelo favor dos concidadãos, o que ele chama de “principado civil”. Aqui o governante poderá ascender ao poder pelas mãos dos poderosos da cidade ou pelo povo. Ser aclamado governante pelos poderosos é mais difícil de governar, do que ser aclamado governante pelo povo. Os poderosos querem os favores do governante e oprimir o povo, já o povo espera que o governante não o oprima. Veja a dualidade que Maquiavel coloca na eterna luta de classes entre pobres e ricos, plebeus e aristocratas, patrões e empregados. Essa dúvida perdura até os dias atuais, quando alguém é eleito para governar. No entanto, Maquiavel apresenta conselhos que podem ser seguidos por estes governantes civis, que é procurar não oprimir o povo, oferecer o mínimo necessário para que tenha condições de sobrevivência digna e está sempre atento às ações dos grandes, pois estes querem a todo momento lhe tirar do poder.

Então, a moralidade é um tema importante na obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel. Ele argumenta que o governante do Estado deve agir de acordo com o que é necessário para preservar o poder e garantir a sobrevivência da nação, mesmo que isso signifique desrespeitar valores morais convencionais. Maquiavel acredita que os líderes políticos devem seguir seus interesses e os interesses do Estado, independentemente de sua própria moralidade pessoal ou de valores éticos convencionais. Portanto, a moralidade é secundária às necessidades políticas do Estado. Para a filosofia política dele, a moralidade é relativa e pode ser subordinada aos interesses do Estado.

Até o início da modernidade pensava-se que a política não dispusesse de critérios próprios de julgamento e que devesse transportá-los da moral e da religião. Por isso, quando um soberano devia tomar uma decisão, sua primeira tarefa era consultar a Bíblia e a própria consciência. Se estas lhe diziam que certa ação era moralmente ilícita ou contrária aos interesses da religião, ele devia considerá-la também politicamente reprovável.

Maquiavel foi o primeiro defensor da autonomia da esfera política em relação a todas as outras e em particular às esferas da moral e da religião, desde que aquela disporia de princípios normativos próprios. Pela primeira vez, a política é investigada, pelo pensador florentino, em sua realidade nua e crua; pela primeira vez, esta é estabelecida sem preconceitos na sua lógica interna, fora, pois, de qualquer preocupação de ordem moral e teológica. E, como resultado deste método, pela primeira vez ela aparece afirmada em sua peculiaridade. Ele instaura o início do realismo na política, desvinculado dos costumes cristão, predominantes em sua época.

Para Maria Tereza Sadek, no artigo intitulado “Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú”, a autora diz que:

> Maquiavel rejeita a tradição idealista de Platão, Aristóteles e Santo Tomás de Aquino e segue a trilha inaugurada pelos historiadores antigos, como Tácito, Políbio, Tucídides e Tito Lívio. Seu ponto de partida e de chegada é a realidade concreta. (WEFFORT, 2001)

Realismo é um movimento para analisar o que a realidade apresenta, desvinculado de qualquer conceito formulado anteriormente pelo indivíduo, seja idealmente ou pelo costume. Esse movimento realista permeia não só a política,

mas todas as ações humanas como a estética e a filosofia. Observa-se que o realismo não nasceu com Maquiavel, mas apenas inovou essa corrente filosófica aplicando-a a política.

Para o pensador florentino, o realismo deve apoiar o caminho para realização da política, ou a construção de uma nova realidade com os diferentes matizes com os quais se apresenta. Seu pensamento político pautado na realidade que se mostra causa e efeito sobre as utopias do Renascimento e se confronta com idealizações naturais na história dos homens de que a política pode se realizar sobre a concórdia permanente e a possibilidade de o homem construir um paraíso aqui na terra.

No entanto, Bernard Williams (2005), no capítulo sobre *Realism and Moralism in Political Theory*, do livro *In the Beginning Was the Dead*, apresenta os conceitos de “modelo de encenação” e “modelo estrutural”. No primeiro diz que a teoria política formula princípios, conceitos, ideias e valores; e a política procura expressá-los na ação política, por meio da persuasão, do uso do poder e assim por diante. Já no modelo estrutural, a teoria estabelece condições morais de coexistência sob o poder, condições nas quais o poder pode ser exercido com justiça. O autor do texto afirma que a diferença entre os dois modelos é bastante visível, no entanto, seu interesse é com o que os dois modelos têm em comum, ambos representam a prioridade do moral sobre o político. Sob o modelo de *enactment*, a política é o instrumento da moral; sob o modelo estrutural, a moralidade oferece restrições sobre o que a política pode fazer com razão. Em ambos os casos, a teoria política é algo como a moralidade aplicada.

Apesar de simpatizar com os conceitos de Bernard Williams, concordo com o pensamento político do autor de *O Príncipe*, pois o governante ou quem está à frente de um grupo político, deve gerir de acordo com a diversidade da realidade apresentada, procurando se firmar no comando e ao mesmo tempo procurar convencer a todos que as decisões que estão sendo deliberadas são as mais assertivas possíveis para o momento. Mesmo que estas ações não estejam de acordo com a moralidade presente na sociedade que habita, pois a política não é uma moralidade aplicada.

O pensador florentino não rascunha uma análise que facilite o mundo da política ou mesmo uma forma de realismo que aceite as análises da realidade a partir de formas impermeáveis e expõe a realidade amoldando-a a esta. Além de um

método para a análise da realidade política, programa uma ação de intervenção para alterar a realidade. Assim, Maquiavel inicia uma filosofia da ação política, uma práxis. O autor de *O Príncipe* concebe que há um enorme grau de complexidade na vida política e no comportamento dos homens que exige avaliação rigorosa e aceita todos os fenômenos que se mostram. Isto é justificado nas suas reflexões a partir da relação dicotômica entre os elementos que perfazem o universo político. Na obra em questão, aparece a tensão entre os pares: como se vive e como se deveria viver (capítulo quinze); é melhor ter fama de miserável ou fama de liberal (capítulo dezesseis); é melhor ser amado ou temido (capítulo dezessete); é melhor combater pela força ou pela lei (capítulo dezoito); é melhor armar ou desarmar o povo (capítulo vinte); é melhor tomar partido, numa guerra de vizinhos, ou ser neutro (capítulo vinte e um); os ministros de estado devem pensar mais em si ou no príncipe (capítulo vinte e dois).

Para Maquiavel, na política não há uma resposta pronta, definitiva e adequada para cada situação que se apresenta em diferentes momentos. No seu realismo, enfatiza que cada momento é um momento particular, cada espaço de tempo exige uma resposta adequada a partir das experiências e do acúmulo das lições do passado. É decisivo para o realismo maquiaveliano tentar captar o que é a natureza do homem, quais são seus anseios, suas mágoas, suas perspectivas sobre si e sobre os outros, suas limitações e horizontes almejados, sua ganância de poder.

O realismo maquiaveliano fundamenta-se sobre uma antropologia renascentista da condição humana. O ser humano não se comporta regido pela razão, mas é dirigido por desejos, paixões, emoções que se sobrepõem à sua racionalidade. A realidade humana é apresentada frente aos dramas de difícil solução que estão a se desvelar num ambiente de insegurança, inveja, ódio, ambição e desejo de poder. No entanto, mesmo entendendo que existe uma dimensão da esfera do homem que não é guiada pela sua racionalidade, o realismo tenta explicar racionalmente a realidade; com isso, o realismo aceita que devem ser consideradas as divisas da razão sobre a ação humana e, consequentemente, da construção política.

O realismo do pensador florentino pretende alcançar a realidade da forma que se apresenta, ao olhar o passado, relembrando as experiências já vividas por outros, procurando vislumbrar as consequências das ações no presente. Segundo Maquiavel, os homens quase sempre trilham os caminhos já percorridos, agindo de

forma imitativa.

> Os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; assim, mesmo que não seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes, sempre se aproveita muita coisa. (MAQUIAVEL, 1996, p. 51)

A experiência do passado serve de base para evitar os erros do presente. O que Maquiavel propõe é que se deve aprender com aqueles momentos e colocar alguma luz para entender as circunstâncias dadas pelo tempo histórico. Com isso não se buscam concepções filosóficas ou teológicas pretéritas, mas ele está empenhado em saber o que os homens fizeram, como enfrentaram seus problemas, quais respostas encontraram, quais resultados coletaram, que ações levaram ao sucesso ou ao fracasso. O que se conclui disto é que, para Maquiavel, é indispensável uma observação atenta da realidade presente e analisá-la tendo em vista as experiências do passado, porém desprovida do julgamento moral, pois o que importa é o domínio do poder político ou a sua preservação.

Analisando o aspecto que é possível identificar como o realismo de Maquiavel, passa-se a analisar a última parte do livro *O Príncipe*, onde o autor trata da fortuna. Desde a antiguidade o ser humano procura respostas para os acontecimentos presentes no cotidiano. Acontecimentos estes que ora são tidos como bons (sorte), ora tidos como maus (azar). A mitologia grega procurou responder a esses questionamentos de sorte ou azar, por meio do Mito da Roda da Fortuna.

A Roda da Fortuna era um tear utilizado para tecer os fios da vida dos humanos e dos deuses. O tear era uma roda com a qual as Moiras iam enrolando o fio da vida de todos. Ao enrolar o fio da vida, este ia sendo posicionado em volta do tear e ora estava no topo (sorte), ora na parte de baixo (azar) do tear.

As Moiras eram três irmãs que determinavam o destino e se chamavam: Cloto que em grego significa fiar, segurava o fuso e tecia o fio da vida, atuava como deusa dos nascimentos e partos; Láquesis que em grego significa sortear, puxava e enrolava o fio tecido, sorteando o quinhão de atribuições que se ganhava em vida; Átropos, em grego significa afastar, ela cortava o fio da vida, terminando o fim da vida.

Esse mito faz uma analogia à vida humana, pois o ciclo da vida é composto

pelo nascimento, desenvolvimento e morte. Entre o nascimento e a morte o ser humano passa por altos (sorte) e baixos (azar). Ora se está contente com os acontecimentos, conquistas e sucessos que para muitos é colocado como sorte, ora se está deprimido, infeliz e se sentindo fracassado, tido como azar.

Quando o ser humano está conseguindo alcançar seus objetivos, tendo sucesso, conquistas, vitórias contra seus inimigos ou desafetos, ou melhor, está prosperando na vida, popularmente diz-se que é um ser humano de fortuna. No Dicionário Aurélio o conceito de fortuna é “causalidade, eventualidade, acaso; destino, fado, sorte”. Pode-se inferir que ter “fortuna” é ser lançado à sorte, ao destino, à eventualidade, com isso se reconhece que as mudanças ocorrem devido ao acaso ou por acidente. E isso vale tanto para o sucesso (sorte) quanto para o fracasso (azar).

A respeito da fortuna, Maquiavel apresenta-a como oportunidade que deve ser aproveitada pelo príncipe, seja a oportunidade revelada por Deus, pelo acaso ou criada pelo próprio homem ao se planejar e executar suas ações rumo a um objetivo determinado.

Ao mesmo tempo que propôs colocar o homem no centro de suas ações, dizendo que deve sair da “ignávia” em que a Igreja coloca o ser humano, tendo que esperar sempre a ação da providência divina, do acaso ou mesmo do tear da Roda da Fortuna, ficou receoso que o ser humano se desprendesse totalmente de suas crenças e define fortuna como algo que é doado por Deus e conquistado pelo homem, ou seja, metade da ação provém de Deus e a outra metade das atitudes do príncipe, assim, o ser humano não é marionete nas mãos de Deus, perdendo seu livre arbítrio, mas também não é o centro do universo.

Na obra *O Príncipe*, a fortuna é vista como uma força imprevisível e instável, que pode ajudar ou prejudicar o príncipe em sua busca pelo poder. Argumenta que o príncipe deve estar preparado para lidar com as mudanças da fortuna e não deve confiar completamente nela. Em vez disso, ele deve ter habilidades e virtudes próprias para alcançar e manter o poder.

Na concepção de Maquiavel, a fortuna é uma força exterior que pode afetar o sucesso ou o fracasso de uma pessoa ou nação. Ele acredita que a fortuna é algo incerto e mutável que pode mudar rapidamente, sem aviso prévio, e que é difícil de controlar ou prever. Assim, a fortuna pode ser vista como uma espécie de "fator de sorte" ou "destino", que pode influenciar o rumo dos acontecimentos de

forma positiva ou negativa. No entanto, argumenta que, em vez de confiar apenas na fortuna, um líder deve ter habilidades e virtudes próprias para alcançar e manter o poder.

Segundo Maquiavel, o príncipe deve ter uma série de habilidades e virtudes para alcançar e manter o poder, incluindo: a) Prudência: o príncipe deve ser sensato e capaz de tomar decisões acertadas para proteger seu poder; b) Coragem: o príncipe deve ser corajoso e estar disposto a tomar medidas audazes para defender seu poder; c) Farsa: o príncipe deve ser hábil em dissimulação e ter a capacidade de enganar seus inimigos para proteger seu poder; d) Benevolência: o príncipe deve ser justo e compadecido com seu povo para garantir sua lealdade; e) Religiosidade: o príncipe deve apoiar a religião dominante para estabelecer sua autoridade; f) Magnanimidade: o príncipe deve ser generoso e ter uma postura nobre para inspirar respeito; g) Generosidade e clemência: o príncipe deve ser generoso com seus aliados e clemente com seus inimigos, a fim de manter a estabilidade e evitar a vingança.

Estas habilidades e virtudes são consideradas importantes por Maquiavel para que o príncipe consiga alcançar e manter o poder. No entanto, ele também reconhece que, em situações extremas, o príncipe pode ter que sacrificar suas virtudes em nome do bem-estar do Estado.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de uma vasta explanação, exemplos, conselhos e reflexões, resta-nos dizer que o conceito de moral empregado se refere principalmente à moral convencional ou tradicional, que é baseada em valores éticos, religiosos e culturais predominantes em uma sociedade em um determinado momento histórico. Esses valores morais convencionais geralmente estão relacionados a princípios éticos, como o bem, o mal, a justiça, a honestidade e a bondade, que são considerados como padrões de comportamento aceitável.

O ponto-chave em relação ao conceito de moral exposto até o momento, é que Maquiavel sugere que, em política, os governantes muitas vezes devem agir de maneira pragmática, o que pode envolver ações que são contrárias ou indiferentes aos padrões morais convencionais da sociedade. Em outras palavras, o governante pode ser confrontado com situações em que as decisões políticas eficazes não se alinham necessariamente com o que é considerado moralmente correto pela sociedade em geral.

Maquiavel enfatiza que um governante não deve se guiar pelos padrões morais da religião, especialmente quando esses padrões entram em conflito com os interesses políticos. Ele argumenta que a moral política é diferente da moral religiosa e que, em muitos casos, é necessário fazer escolhas pragmáticas que podem ser consideradas imorais do ponto de vista religioso para manter o poder e a estabilidade do Estado.

O pensador florentino aconselha que um governante deve ser flexível e adaptar suas ações de acordo com as circunstâncias políticas. Isso significa que ele deve estar disposto a tomar medidas que podem ser consideradas moralmente questionáveis, se necessário, para atingir seus objetivos políticos.

O autor d'O Príncipe não hesita em recomendar o uso da força quando se trata de manter o poder. Ele acredita que, em certas situações, a violência pode ser necessária para esmagar a oposição e garantir a estabilidade do Estado.

Maquiavel promove uma abordagem realista da política, na qual o governante deve estar ciente das ameaças e das ambições dos outros atores políticos e agir de acordo com seus próprios interesses. Isso pode incluir alianças temporárias, traições estratégicas e outras táticas que podem ser vistas como

moralmente questionáveis.

A principal preocupação de Maquiavel é a manutenção do poder. Ele argumenta que um governante eficaz deve estar disposto a fazer o que for necessário, mesmo que isso signifique sacrificar a moralidade convencional, para evitar a perda do poder.

Assim, o conceito de moral empregado destaca a tensão entre a moral convencional, que orienta o comportamento de acordo com valores éticos preestabelecidos, e as ações políticas pragmáticas que podem exigir desvios ou a suspensão temporária desses valores em nome da estabilidade do Estado e da manutenção do poder. Ele argumenta que os governantes devem estar dispostos a tomar decisões que possam ser vistas como imorais à luz dos padrões convencionais de moralidade se isso for necessário para alcançar seus objetivos políticos.

A moral convencional é baseada em valores éticos tradicionais, frequentemente associados à ética religiosa e aos princípios morais predominantes na sociedade da época. Essa moral convencional é vista como orientadora do comportamento humano e estabelece padrões éticos que são considerados corretos e aceitáveis. Maquiavel desafia essa moral convencional ao argumentar que, na política, os governantes muitas vezes precisam adotar medidas que podem ser consideradas imorais à luz desses padrões convencionais em nome da eficácia e da manutenção do poder.

Maquiavel é conhecido por sua abordagem pragmática à política, na qual ele coloca a estabilidade do Estado e a manutenção do poder do príncipe como objetivos prioritários. Ele argumenta que os governantes devem estar dispostos a agir com astúcia, realismo e, às vezes, até mesmo com crueldade, se necessário, para atingir seus objetivos políticos. Isso contrasta com a moralidade convencional, que muitas vezes prescreve um conjunto diferente de princípios éticos.

O pensador florentino usa exemplos históricos, como os casos de governantes como Francesco Sforza, César Bórgia (duque Valentino), Agátocles Siciliano e Oliverotto da Fermo, para ilustrar suas teorias. Esses exemplos frequentemente destacam como os líderes políticos podem adotar ações que seriam consideradas moralmente questionáveis, como assassinato, traição e manipulação, para alcançar e manter o poder. Isso implica que, na política, a eficácia e a sobrevivência do Estado e do governante são mais importantes do que seguir

rigidamente os padrões morais convencionais. Maquiavel argumenta que os príncipes devem estar dispostos a fazer o que for necessário para alcançar seus objetivos, mesmo que isso envolva tomar medidas moralmente questionáveis.

No capítulo "Armar o Povo", o conceito de moral está relacionado à moralidade política e à conduta do príncipe na governança do Estado. Maquiavel aborda a moral de maneira pragmática e realista, muitas vezes em contraste com a moral tradicional baseada em princípios religiosos. A moral está relacionada à forma como o príncipe deve conduzir suas ações e tomar decisões para manter seu poder e proteger seu Estado. Ele argumenta que, para um príncipe, a moral deve ser adaptada à natureza do poder e da política, o que pode envolver ações que, do ponto de vista moral tradicional, seriam consideradas imorais.

O autor d'O Príncipe argumenta que um príncipe deve tomar decisões com base na utilidade e na eficácia, em vez de se prender rigidamente a noções morais abstratas. Isso significa que ele pode precisar recorrer a estratégias que vão contra princípios éticos convencionais se isso for necessário para a estabilidade e a segurança de seu Estado.

Maquiavel discute a importância de um príncipe manter um exército próprio e argumenta que isso é moralmente preferível em relação a depender de exércitos mercenários ou auxiliares, que podem ser volúveis e traiçoeiros. Aqui, a moralidade está relacionada à segurança e à proteção do Estado.

O pensador florentino enfatiza que um príncipe deve estar sempre preparado para a guerra, mesmo durante tempos de paz. Isso pode envolver o uso de estratégias militares e o cultivo de forças armadas para defender o Estado. A moralidade aqui está relacionada à responsabilidade do príncipe de proteger seu povo e seu território.

Maquiavel sugere que a política deve ser guiada pelo pragmatismo e pela análise das circunstâncias concretas, em vez de aderir rigidamente a princípios morais que podem ser inadequados para a realidade política. A moralidade, nesse sentido, é vista como flexível e adaptável às necessidades do governante e do Estado.

Nos "Conselhos que Devem Ser Observados pelo Governante para Manter o Poder" apresentados no texto, o conceito de moral não se baseia em princípios éticos tradicionais, mas sim em uma abordagem pragmática e realista da política. Para Maquiavel, a moral tradicional, que valoriza princípios como a honestidade, a

generosidade e a benevolência, não é o foco principal. Em vez disso, ele enfatiza a necessidade de o governante adotar estratégias e ações que ajudem a manter e consolidar seu poder político, independentemente dessas ações serem consideradas moralmente boas ou más pelos padrões convencionais. Portanto, o conceito de moral nos "Conselhos" de Maquiavel é uma moral política que se concentra na eficácia das ações em relação ao objetivo de manter o poder e a estabilidade do Estado. Isso significa que Maquiavel sugere que um governante deve ser flexível e estar disposto a agir de maneira que possa ser percebida como má ou imoral, desde que essas ações ajudem a alcançar e manter o poder.

O autor d'O Príncipe, apresenta uma visão pragmática e realista da moral quando se trata da escolha de ministros de estado. Para ele, a moralidade não deve ser o único critério na seleção de ministros, e a virtude moral tradicional, como a honestidade e a benevolência, pode não ser o fator mais importante. Em vez disso, Maquiavel argumenta que os ministros de estado devem ser escolhidos com base em sua capacidade de servir aos interesses do príncipe e do estado. Eles devem ser leais ao príncipe e comprometidos com a estabilidade e o sucesso do governo. Além disso, devem ser capazes de tomar decisões difíceis e agir de forma eficaz em nome do estado, mesmo que isso envolva ações que possam ser consideradas moralmente questionáveis. O conceito de moral, portanto, está fortemente ligado à ideia de que a moralidade tradicional pode ser subordinada à necessidade de manter o poder e a estabilidade do estado. Ele acredita que um príncipe deve estar disposto a tomar medidas que possam ser percebidas como imorais, se isso for necessário para proteger seu governo e seu principado.

O pensador florentino argumenta que a fortuna desempenha um papel importante na política e na vida dos governantes, mas ele também enfatiza a importância da ação humana, da virtude e da habilidade política na busca do sucesso. Maquiavel reconhece que a fortuna pode influenciar os eventos de maneira imprevisível, mas ao mesmo tempo destaca que os líderes devem estar preparados para agir com coragem e determinação quando surgirem oportunidades. Ele sugere que os príncipes não devem depender inteiramente da providência divina ou da sorte, mas sim tomar medidas proativas para alcançar seus objetivos.

Maquiavel aborda a interação entre a fortuna, o acaso, Deus e o livre-arbítrio de uma maneira que enfatiza a importância da ação humana e da habilidade política

na busca pelo sucesso político. Suas ideias continuam sendo discutidas e analisadas até hoje como parte fundamental da teoria política.

A moralidade na obra "O Príncipe" de Nicolau Maquiavel é vista como subordinada aos interesses políticos do Estado. Maquiavel argumenta que a moralidade deve servir aos objetivos políticos, e um líder deve estar disposto a tomar ações que podem ser consideradas moralmente questionáveis para preservar o poder e a estabilidade do Estado. Seu pensamento político é profundamente realista e enfatiza a necessidade de lidar com a política como ela é, em vez de como deveria ser de acordo com princípios morais convencionais.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZENHA, Rosângela. **Maquiavel e as relações entre ética e política na sala de aula no nível médio**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Práticas Educativas, do Setor de Educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista. Curitiba, 2015.

BONORA, Daniel Keller; PRADO, Gustavo dos Santos. **A importância de Nicolau Maquiavel para interpretar o cenário político do Brasil contemporâneo**. Anais da JINTEG – Jornada Integrada do curso de Direito e Ciências Contábeis do Centro Universitário – FAG. p. 36-41. Cascavel, ago./2016.

COUTINHO, Álvaro Luz Alves *et al*. **Nicolau Maquiavel**: Vida, contexto histórico, obras, ideias e influências na contemporaneidade. Texto acadêmico apresentado curso de Filosofia, pela USP. Piracicaba, 2015.

FERRAZ, Carlos Eduardo; DOBRYCHTOP, Luís Henrique. **A atualidade do pensamento político de Maquiavel**. 2017. Disponível em <https://kduferrazz.jusbrasil.com.br/artigos/616627714/a-atualidade-do-pensamento-politico-de-maquiavel>. Acesso em 02. Nov. 2019.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de estado em marx, engels, lênin e gramsci. 16. ed. Porto Alegre: L&Pm, 2001. 114 p. Tradução: Danilo Canali.

HANSEL, Tiago Fernando. *O Príncipe* de Maquiavel na política atual. **Revista Alamedas**. v. 3. n. 1. p. 1-12. 2015.

MADRIGAL, Alexis Gabriel. **Virtù e Fortuna em Maquiavel a partir da obra *O Príncipe***. 2016. Disponível em <https://alexismadrigal.jusbrasil.com.br/artigos/445449992/virtu-e-fortuna-em-maquiavel-a-partir-da-obra-o-principe>. Acesso em 02. Nov. 2019.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Arte da guerra**. 2017. Disponível em <http://almanaquemilitar.com/site/wp-content/uploads/2017/12/A-Arte-da-Guerra-Maquiavel-1.pdf>. Acesso em 31. Out. 2019.

_____. **O Príncipe**. São Paulo, Sp: Nova Cultura, 1996. 287 p. (Os Pensadores). Tradução: Lívio Xavier.

_____. **O Príncipe**. São Paulo: Companhia de Letras, 2017. Publicação Le Livros. Disponível em <https://dynamicon.com.br/wp-content/uploads/2017/02/O-Pr

%C3%ADncipe-de-Nicolau-Maquiavel.pdf>. Acesso em 31. Out. 2019.

MEDEIROS, Alexsandro Melo. **Nicolau Maquiavel**. Site Sabedoria Política. 2014. Disponível em <https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-moderna/o-principe/maquiavel/>. Acesso em 20. Out. 2019.

OLIVEIRA, Fernanda Petri de. **A importância da ética e moral na educação**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina. 2012.

OLIVEIRA. José Aparecido de. Direito e moral no pensamento de Nicolau Maquiavel**. Revista Direito Isabela Hendrix**. v. 6. n. 6. p. 17-25. Mai./2011.

VALENTIM, Larissa Guimarães. **Maquiavel** - entre o ético e o político. Arquivos do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, jul./2013. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343702_ARQUIVO_MAQUIAVEL-ENTREOETICOEOPOLITICO.pdf>. Acesso em 31. Out. 2019.

VATTER, Miguel. **O Príncipe: Uma chave de leitura**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2. ed. São Paulo, Sp: Nova Fronteira, 2001. 1838 p.

WILLIAMS, Bernard. Realism and Moralism in Political Theory. In: **In the Beginning Was the Deed**. Princeton University Press, 2005.

MÉNARD, René. **Mitologia Greco-Romana**. São Paulo: Opus, 1991. 3 v. Tradução: Aldo Della Nina.

OLIVEIRA, Fernanda Petri de. **A importância da ética e moral na educação**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina.

SERRANO, Layane. **Quais são as funções e desafios de Charles III, novo rei britânico**. 2022. CNN Brasil. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quais-sao-as-funcoes-e-desafios-de-charles-iii-novo-rei-britanico/. Acesso em: 19 jan. 2023.

WEFFORT, Francisco C. (org.). **OS CLÁSSICOS DA POLÍTICA**: Maquiavel, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista". 13. ed. São Paulo - Sp: Ática, 2001. 275 p. (SÉRIE FUNDAMENTOS).